

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ANDRESSA RAMOS**

**A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO:  
SOB A ÓTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS**

Florianópolis

2018

**ANDRESSA RAMOS**

**A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO:  
SOB A ÓTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Edilane Bertelli

Florianópolis

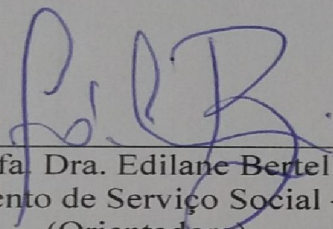
2018

ANDRESSA RAMOS

**A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO:  
SOB A ÓTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS**

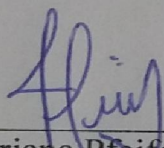
(Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC).

**BANCA EXAMINADORA:**



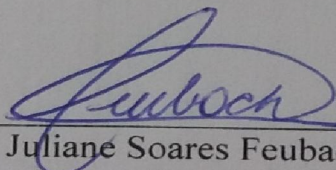
---

Prof.ª Dra. Edilane Bertelli  
Departamento de Serviço Social – UFSC  
(Orientadora)



---

Prof.ª Dra. Mariana Pfeifer Machado  
Departamento de Serviço Social – UFSC  
(1ª Examinadora)



---

Juliane Soares Feubach  
Assistente Social (FUCAS)  
(2ª Examinadora)

Aprovada em 27/06/2018.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso visa abordar a trajetória do serviço social na política de educação, com o objetivo geral de analisar a importância da inserção do serviço social nas escolas públicas brasileiras sob a ótica de assistentes sociais que atuam nas políticas sociais do município de Florianópolis-SC. Esta análise surgiu durante os períodos de estágio na Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS) e da aproximação que tinha-se com escolas públicas do município e sentiu-se a necessidade de abordar o tema, visto que haviam lacunas na compreensão da escola referente a realidade social dos(as) alunos(as) atendidos(as). Apresenta-se, portanto, as contribuições deste profissional para a comunidade escolar, os debates da categoria profissional e os desafios e dificuldades a serem enfrentadas, tendo em vista a lógica neoliberal em que estamos inseridos, bem como os projetos de leis existentes que discorrem sobre esta temática. Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se a pesquisa bibliográfica com abordagem e descrição qualitativa, entrevista semiestruturada, utilizando como instrumentos a observação participante e o diário de campo para análise dos dados.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Política de Educação, Neoliberalismo, Atuação do Assistente Social, Realidade Social.

## LISTA DE SIGLAS

APOIA	Programa de Combate à Evasão Escolar
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CONAPE	Conferência Nacional de Educação Popular
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DRU	Desvinculação de Recursos da União
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
FUCAS	Fundação Catarinense de Assistência Social
GTSSSEDU	Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
OCDE	Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PCQV	Programa Campeões nas Quadras e na Vida
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PNDE	Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

## AGRADECIMENTOS

### **Agradeço....**

A Deus em primeiro lugar e acima de tudo! Através dos propósitos e do cuidado d'Ele com a minha vida, foi possível a realização deste grande sonho, que para mim era cursar Serviço Social.

Em especial minha madrastra Eloir Mendes, que me incentivou a prestar o vestibular no curso de Serviço Social e que juntamente com meu pai Arcion Zeferino Ramos, cuidaram de todos os detalhes, desde a locomoção para a realização do vestibular até a minha moradia na cidade de Florianópolis-SC. Quero que saibam que reconheço todo o amor, dedicação, esforço que tiveram por mim, e tenho certeza que esta realização, também é de vocês!

A minha mãe Adriana Cunha Gomes, meu padrasto Gesiel Amorim e meu irmão Kalebe de Amorim, obrigada por todo o incentivo e principalmente pelas orações de vocês. Essas orações foram como um forte escudo para enfrentar as dificuldades encontradas no caminho e foi através delas que pude vencer e realizar este sonho. Amo muito vocês!

A todos os meus familiares que acreditaram em mim e ficaram felizes junto comigo, entre muitos familiares, meu muito obrigado em especial para as Famílias: Ramos, Gomes, Mendes, Sell, Costa, Adriano, Bastos, Cristofollini, Silveira, Amorim... Obrigada por toda a preocupação e compreensão de todos! Fico feliz em dividir com vocês esta conquista!

A minha amiga-irmã Monique Santana, que foi a primeira amiga que fiz quando vim morar em Florianópolis-SC, e ao seu esposo Douglas Dutra, e toda a sua família que me acolheu e que mora no meu coração. Sem vocês eu não teria conhecido o meu Esposo: Bruno Sell, obrigada por me apresentarem o homem da minha vida!

Ao meu esposo Bruno Sell, que me mostrou como um homem pode ser carinhoso, romântico, dedicado, prestativo e entre outras qualidades que admiro! Obrigada por estar presente durante toda esta trajetória, me apoiando e incentivando em tudo. Agradeço imensamente a família do meu esposo, em especial minha sogra Adriana Sell, meu sogro João Hamilton da Costa e meu cunhadinho Luan Igor Sell, que me acolheram como membro da família. Obrigada por tudo o que já fizeram por mim, saibam que tenho um enorme carinho e admiração! Sem vocês seria muito difícil chegar até aqui!

Aos meus padrinhos de casamento, Monique Santana, Douglas Dutra, Camila Szydlonski, Cristiano Chiste, Maiara Silva, Bruno Silva e meu afilhadinho Enzo Silva, Érica Juliana Teixeira, Thiago Anselmo e nossa linda e pequena Maria Anselmo, Thaís Pereira e

Andrew. Obrigada por estarem presentes na minha vida durante todo este percurso, todos sempre com palavras de incentivo me dando mais forças para continuar e concluir esta etapa!

A minha supervisora de estágio e grande amiga Juliane Soares Feubach, que com todo carinho, e paciência contribuiu para o meu crescimento profissional e para que esta etapa fosse concluída com sucesso. Quero que saiba, mesmo que não seja novidade, que és um exemplo de profissional, e que me espelho em você! Muito Obrigada por tudo, mora no meu coração!

A minha Supervisora acadêmica Edilane Bertelli, que com muita paciência, dedicação e sempre muito prestativa, me auxiliou a trilhar este caminho, muito obrigada por todo o apoio durante esta trajetória que é o TCC, pois você me auxiliou a tornar esta experiência que é tão temida, muito mais leve. Espero revê-la em minha caminhada profissional e encontrar profissionais assim como você. Muito Obrigada!

À Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS), em especial a todos os profissionais envolvidos neste trabalho belíssimo e desafiador, obrigada por toda a paciência com a estagiária, olhando para esta equipe, consigo enxergar muito amor pelo que fazem! Equipe nota Mil!

A todos as minhas amigas de trabalho que estiveram presentes diariamente nas minhas conquistas, tristezas, desafios e dificuldades que passei para chegar até aqui. Muito obrigada meninas, guardarei cada uma em meu coração! E a todos os amigos que fiz durante todo este processo!

E por fim, mais uma vez, agradeço a Deus, que me abençoou, dando a honra de compartilhar a minha vida com cada uma dessas pessoas. Todos fazem parte da minha vida e da minha trajetória, e é com muita alegria que carrego cada um comigo! “Confie no Senhor de todo o coração e não se apoie na sua própria inteligência. Lembre de Deus em tudo o que fizer, e ele lhe mostrará o caminho certo”. (Provérbios, Capítulo 3º, versículo 5º).

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>ESCOLA, UM ESPAÇO DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS .....</b>	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>DEBATES E DESAFIOS PARA A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO .....</b>	<b>37</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>48</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por finalidade compreender a importância da inserção do serviço social nas escolas públicas sob a ótica de assistentes sociais do município de Florianópolis – SC. A preocupação central desta pesquisa iniciou-se a partir da prática de estágio obrigatório realizado na Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS), que é uma organização sem fins lucrativos de caráter socioassistencial, localizada no Morro da Caixa na cidade de Florianópolis – SC e atua com projetos socioeducativos há 15 anos.

Um dos programas desenvolvidos pela FUCAS é os “Campeões nas Quadras e na Vida” (PCQV), que tem por finalidade o atendimento de crianças e adolescentes com idade entre 10 e 18 anos, por meio dos seguintes projetos: Esporte Cidadão, Cultura e Arte e Caixa Digital, sendo através destes oferecidas as oficinas de esporte, dança, circo, recreação, artesanato, jiu-jitsu, judô e informática. Tais modalidades são oferecidas no período de contraturno escolar, sendo elas escolhidas pelas crianças e adolescentes do Programa, que realizam três atividades ao dia, além de receberem duas refeições diárias e uniformes, gratuitamente.

O Programa prioriza o atendimento das crianças e adolescentes, mas contempla também suas famílias e os moradores das comunidades atendidas do entorno. Oferece atividades que vislumbram o exercício da cidadania, tendo em vista a formação de sujeitos autônomos, que exerçam a sua criticidade a respeito da realidade vivenciada, desenvolvendo a capacidade de transformar a si, sua família e a comunidade onde vivem. Para subsidiar o atendimento, o PCQV possui uma equipe de profissionais formada por educadores sociais, especializados nas áreas de cada oficina oferecida dentro dos projetos, bem como, tem o apoio da equipe de serviços, constituída por profissionais de Serviço Social, Pedagogia e Psicologia. (PPP, 2015)

O Serviço Social do PCQV tem como objetivo viabilizar o acesso a direitos sociais de crianças e adolescentes, suas famílias e comunidades localizadas no entorno, preferencialmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Assim, a atuação é desenvolvida a partir das expressões da questão social, da realidade social das crianças e dos adolescentes, e do levantamento das demandas para planejamento do trabalho. Necessitando, portanto, conhecer a realidade social, por meio do trabalho de acolhimento e acompanhamento de crianças e adolescentes inscritos no PCQV, bem como, de respectivas famílias em situação de vulnerabilidade social (PPP, 2015).

O primeiro contato das crianças e adolescentes e /ou responsáveis é realizado por meio do Serviço Social. A partir disso, a(o) assistente social procura criar um vínculo com a família para entender a realidade vivida para que possa, assim, realizar os encaminhamentos e acompanhamentos tanto pela equipe multiprofissional quanto pela rede pública e privada na busca de garantir os direitos dos sujeitos. (PPP, 2015).

As demandas que chegam ao Serviço Social são espontâneas, podendo estas ser também encaminhadas via educadores sociais e profissionais que fazem parte da equipe, bem como da Rede Socioassistencial, com ênfase nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), conselho tutelar, escolas, postos de saúde, casas de acolhimento, projetos sociais, e demais entidades do entorno que encaminham as situações com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias (FEUBACH, 2015).

A partir do cotidiano de estágio em Serviço Social nessa instituição fomos mobilizadas a reflexão da possibilidade da inserção do Serviço Social no âmbito escolar, assim, de nossos questionamentos, iniciou-se o processo de pesquisa e a busca por temas relacionados ao serviço social na política de educação. Durante esse estudo preliminar percebemos poucas produções científicas a respeito de nossa temática, o que instigou ainda mais a aprofundar esta linha de pesquisa.

Cabe ressaltar que o objetivo desta pesquisa não é apenas encontrar um espaço de atuação profissional, mas compreender e reconhecer a importância da intervenção do assistente social em suas atribuições e articulação com as escolas, famílias e comunidades a fim de garantir os seus direitos, tendo como objetivos específicos: Analisar a trajetória do serviço social na política de educação; identificar a intervenção do profissional de serviço social nestes espaços e pontuar os projetos de leis brasileiros que discorrem sobre a inserção de assistentes sociais nas redes básicas de ensino.

Quanto aos procedimentos metodológicos, num primeiro momento foi realizada a pesquisa bibliográfica com abordagem e descrição qualitativa. A bibliografia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa contempla referências na área do serviço social, sociologia, educação e direito, pois são as áreas que mais possuem arcabouço teórico sobre o referente tema a ser pesquisado e discutido. Compreende-se que a pesquisa bibliográfica pode ser analisada e discutida a partir de outros conhecimentos, sobre os quais se quer aprofundar, questionar e/ou criticar (MINAYO, 2004). Sendo assim, destaca-se a importância de contemplar diversos autores que trabalhem o mesmo tema com posicionamentos distintos (MARSIGILA, 2006). A pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema ou um

problema baseando-se em livros, revistas, artigos, periódicos, etc. este tipo de pesquisa busca tomar conhecimento e fazer a análise das contribuições científicas sobre determinado tema (MARTINS; LINTZ, 2000).

No segundo momento foi realizada a pesquisa de abordagem qualitativa que “trabalha com a natureza dos significados, valores, crenças, motivações, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 2004, p. 21). Dessa forma, penetra no universo dos sentidos das ações e das relações humanas, que não pode ser medido ou equacionado. Uma técnica aplicada foi a entrevista semiestruturada com três assistentes sociais selecionadas, tendo como critério, as profissionais mais próximas durante a prática de estágio na FUCAS e que ambas atuassem na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) do município de Florianópolis – SC, para que fosse possível conhecer suas perspectivas profissionais acerca da inserção do assistente social na política de educação, em especial na rede básica de ensino. A entrevista semiestruturada é considerada uma das estratégias a ser utilizada no processo de trabalho de campo, e “é realizada a partir de uma conversa a dois e por iniciativa do entrevistador, podendo haver perguntas fechadas ou abertas, pontuais ou dissertativas e que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão, sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2004, p. 64). Concomitantemente, usou-se da observação participante, que é “um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica” (MINAYO, 2004, p. 70). Um dos instrumentos da observação participante foi o diário de campo, cujas informações registradas foram utilizadas pelo pesquisador, as quais contribuíram para a análise dos dados a partir da articulação teórica com os resultados das investigações realizadas durante a pesquisa (AMARAL, 2007).

Para fins de apresentação, esta pesquisa constitui-se de cinco seções: Introdução, como a seção 1; a seção 2, intitulada “Serviço Social na Política de Educação”, descreve sobre as primeiras inserções do serviço social na educação, em escolas do cenário mundial e, especificamente o brasileiro; a seção 3, “Escola, um espaço de atuação do serviço social e de efetivação de direitos”, na qual se desenvolve uma abordagem geral sobre a educação brasileira estabelecida na lógica neoliberal e da escola enquanto campo de atuação profissional e espaço de acesso, garantia e efetivação de direitos, destacando os avanços, desafios e dificuldades que este ambiente proporciona, sendo que, a partir desta seção e ao longo da pesquisa destacaremos as contribuições que os profissionais de Serviço Social proporcionaram ao revelar suas perspectivas acerca desta temática; seção 4, “Debates, desafios e perspectivas profissionais sobre Serviço Social e Educação”, em que se discorre

sobre os principais debates que permearam a categoria em relação à política de educação até a implantação de projetos de leis nos âmbitos nacional, estadual e municipal que decretam a presença de assistentes sociais nas redes básicas de ensino; seção 5, com as Considerações Finais. Seguidas pelas Referências.

Serão beneficiados com a construção dessa pesquisa, os estudantes, profissionais de serviço social e educação, assim como os usuários das políticas públicas, sejam eles, crianças, adolescentes e suas famílias, e, ao mesmo tempo, contribuindo, nesse sentido, para um novo olhar sobre o Serviço Social e Educação.

## 2 SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A primeira inserção do serviço social no campo educacional apontado por alguns autores foi em 1906 nos Estados Unidos, quando um Centro Social solicitara visitadoras para estabelecer uma ligação com as escolas do bairro, a fim de informar-se porque as famílias não enviavam seus filhos à escola e as razões da evasão escolar ou a falta de aproveitamento das crianças em relação à escola. (PIANA, 2009, p. 184 apud VIEIRA, 1977, p. 67).

Já no Brasil, o serviço social e a educação estão interligados historicamente desde o início da formação profissional até os dias atuais. Na trajetória profissional é possível observar a presença do serviço social em instituições e creches filantrópicas de caráter assistencialista, que contavam com profissionais voluntários, como forma de “cuidar e educar moralmente” os filhos dos proletários, órfãos e menores de idade<sup>1</sup>, tanto para minimizar os efeitos do processo de consolidação do capitalismo quanto para torná-los indivíduos produtivos, moldados para a submissão. Na arena política, dominada por uma elite, tinha-se apenas uma opção a fazer:

Educar o povo, porém garantindo seus privilégios de elite. Instruir e capacitar para o trabalho, mantendo-o sob vigilância e controle. Certamente não interessava à elite que a população atingisse consciência de seus direitos, o que, no mínimo, dificultaria muito o exercício violento e arbitrário do controle sobre a maioria. Quando se afirmava que na criança estava o futuro na nação, entendeu-se que era mais importante moldar para manter a massa populacional arregimentada como nos velhos tempos, embora sob novos moldes, impostos pela demanda de produção industrial capitalista. (RIZZINI, 1997, p. 239).

É neste contexto que, posteriormente, foi conduzida uma visão educativa para estas instituições exigindo do Estado um empenho para fundar a primeira escola de ensino primário como uma das primeiras etapas da educação básica, com ações e propostas direcionadas a um projeto educacional, estabelecendo “uma nova organização de profissionais como a inserção de professores, pedagogos e supervisores de ensino” (MARTINS, 2007, p. 126). Isso foi possível por meio da Lei Ordinária N° 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Entretanto, eram poucas as crianças que frequentavam as escolas, uma vez que trabalhavam juntamente com seus pais. Já as instituições privadas desenvolviam ações

---

<sup>1</sup> No século XIX houve a dicotomização da infância: “De um lado a criança, mantida sob os cuidados da família para qual estava reservada a cidadania e do outro, o menor pela qual eram mantidas sob a tutela e vigilância do Estado e eram objetos de leis, medidas filantrópicas, educativas/repressivas e programas assistenciais”. (RIZZINI, 1997, p. 35).

educativas, cognitivas e sociais de crianças da elite brasileira. O crescimento da participação da criança na escola se deu a partir de 1970/80 com a expansão de creches e pré-escolas e com a escolaridade obrigatória para educação básica, através da Lei N° 5.692, de 11 de agosto de 1971.

De acordo com relatos históricos destacados pelos autores Piana (2009), Dentz e Silva (2015), a primeira inserção do serviço social escolar no Brasil ocorreu em 1946, nos Estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco. Na Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul fora implantado a assistência escolar com atividades voltadas a “identificação de problemas sociais emergentes e que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitissem a adaptação dos escolares ao seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar” (PIANA, 2009, p. 184). Em Pernambuco não seria diferente das ações realizadas pelo serviço social do Rio Grande do Sul, pelo qual competia em resolver questões de evasão escolar, repetências, desmotivação, dificuldades em relacionamentos, entre outros. Para Ferreira (2017), nesse período, as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais eram de cunho curativo, fiscalizatório, correccional, burocrático e de ajustamento aos valores morais da época, além de selecionar os alunos que possuíam maiores capacidades daqueles que demonstravam dificuldade e baixo rendimento escolar. Em síntese, a atuação profissional limitava-se em,

Examinar a realidade social e econômica dos alunos e das famílias, identificar situações de desajuste social; orientar professores, pais e alunos sobre estes desajustes; fazer triagem de alunos que necessitam de material escolar, transporte, entre outros; articular a escola e comunidade; orientar comunidades e famílias na responsabilidade quanto ao processo educativo dos filhos. (AMARO, 2011 apud FERREIRA, 2016, p. 32).

Portanto, a visão da escola sobre a prática do assistente social restringia-se às ações assistencialistas e pontuais para reparar alguns desajustes no cotidiano escolar. Ao decorrer das décadas e da atuação profissional nesses espaços, constataram-se por parte dos integrantes da escola, as contribuições, trocas de saberes, experiências e a importância de um trabalho articulado com o assistente social (SOUZA, 2008).

Cabe ressaltar que, entre as décadas de 1936 até meados de 1970, o serviço social contava com ações tradicionais e conservadoras presentes em sua identidade profissional. Nessa fase havia um intenso processo de discussão interna em busca de um novo perfil profissional, com uma perspectiva crítica dos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. É com o Movimento de Reconceituação que

surge outra visão acerca da prática profissional, voltada a uma análise crítica da realidade social, buscando um melhor desempenho no agir profissional ao atender as demandas da questão social, pautado em bases teórico-metodológicas que buscam superar as práticas tradicionais do Serviço Social. (VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015, p. 1).

O objetivo era construir teorias e transformar as práticas do Serviço Social, iniciando e impulsionando um novo dimensionamento teórico-prático através de obras marxistas, as quais contribuíram intrinsecamente para apreensão crítica e investigativa da realidade e dos efeitos sociais gerados a partir da produção e reprodução do trabalho em face da expansão do capitalismo (FERREIRA, 2017). Com o Movimento de Reconceituação, o Serviço Social foi se definindo na contemporaneidade pela busca da profissão através de uma visão política e da transformação social vinculadas aos interesses das classes subalternas.

Conforme as transformações na estrutura das relações entre capital e trabalho vão ocorrendo, Baptista (2009) destaca que é neste momento que o serviço social instrumentaliza sua intervenção para responder aos desafios que lhe são colocados em seu cotidiano profissional. Portanto, é nas décadas de 1980 e 1990 que a profissão reformula suas legislações específicas, estabelecendo espaços de atuação na divisão sociotécnica do trabalho, e, a partir da Lei de Regulamentação da profissão e o aprimoramento do projeto ético-político profissional em 1993, a profissão “tende a deixar o serviço de ações complementares, paliativas e emergenciais, para identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade”. (PIANA, 2009, p. 186).

Cabe destacar que a efetivação destas conquistas, segundo Iamamoto (2012), só foi possível através da luta da categoria profissional, juntamente com a participação da sociedade civil no campo democrático-popular com o objetivo de construir uma nova ordem societária.

Ainda, nesse período, houve avanços políticos e sociais no que se refere à ampliação do processo democrático, a transição dos governos militares para os civis, além da reorganização política e jurídica no país. A Constituição Federal de 1988 foi um marco fundamental pelo qual a Assistência Social passou a ser considerada como direitos dos cidadãos através de políticas públicas, mediante a participação popular, direitos humanos e com caráter de universalidade. Os movimentos sociais tiveram grande influência exercendo poder e pressão para que as políticas sociais encontrassem espaço para se desenvolverem e para a efetiva inserção da Assistência Social na Constituição Federal como política social, direito do cidadão e dever do Estado.

No campo da Política Nacional Assistência Social (PNAS), esta foi instituída através da Carta Magna como Política Pública de Proteção Social não contributiva e na condição de

direito através dos artigos 203 e 204. É por meio desta, que a Assistência Social foi introduzida no tripé da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social, estabelecendo para a Assistência Social um padrão de proteção social que superasse as práticas clientelistas e assistencialistas que historicamente permeou a profissão, que sempre foi vista de forma secundária.

Para institucionalizar e consolidar esses avanços tornou-se imprescindível a aprovação de leis orgânicas. Nesse momento a participação e a mobilização da sociedade foram essenciais para a implementação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), regulamentada pela Lei N° 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para que, dessa forma, as necessidades sociais básicas pudessem ser reconhecidas como direitos. (BRASIL, 2004)

A década de 1990 foi propícia para a elaboração de leis que, além da assistência social, perpassaram os direitos da criança e adolescente, através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, e da educação, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996. Nesse contexto, o Serviço Social passa a integrar os mecanismos de execução das políticas sociais, as quais, para Jaccoud (2008), fazem parte de um conjunto de iniciativas públicas, através da intervenção do Estado, com o objetivo de realizar o acesso a bens, serviços e renda ao conjunto dos cidadãos. Seus propósitos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população. Além de desenvolver planos, projetos e programas direcionados à concretização de direitos sociais reconhecidos em uma dada sociedade como constitutivos da condição de cidadania, gerando assim uma pauta de direitos e deveres entre aqueles que se atribui a condição de cidadãos.

Tais políticas são imprescindíveis enquanto forma de enfrentamento da questão social emergente no contexto do desenvolvimento urbano-industrial capitalista. Segundo Iamamoto (2012), a questão social

diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, e expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais. (IAMAMOTO, 2012, p. 48).

Esse enfrentamento é realizado através da execução e ampliação dos direitos sociais mediante a extensão da educação, da previdência, das leis trabalhistas aos trabalhadores do campo através do Estatuto do trabalhador rural, barateamento de alimentos básicos, combate a



doenças endêmicas e programas de habitação popular, entre outros. Nesse contexto é possível observar que o Estado, de um lado, aponta constitucionalmente para o reconhecimento de direitos, de outro, se insere num contexto de ajustamento à nova ordem capitalista internacional.

As ações profissionais situadas nesse campo implicam a articulação de teorias e práticas a fim de construir resultados a curto, médio e longo prazo, para enfrentar os efeitos da questão social na sociedade.

É importante ressaltar que as práticas sociais não são resultadas de uma definição ideal, nem tampouco de uma lei imutável das coisas, pois os homens constroem os meios que os condicionam, numa luta constante de interesses, ou seja: o profissional de Serviço Social “participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração (classe burguesa) como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade responde às necessidades da sobrevivência das classes trabalhadoras” (IAMAMOTO, 1992, p. 99). Logo, as intervenções desse profissional são dinâmicas, se renovam e modificam-se, pois respondem “as alterações do sistema o qual opera” (NETTO, 2005, p. 5). Diante dessa perspectiva houve um aumento das demandas que competem ao assistente social na área da educação, pela qual se tornou inclusive um objeto de pesquisa no campo interventivo. (PIANA, 2009).

No contexto contemporâneo da Educação sucederam-se muitos avanços e retrocessos até a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB/1996), que asseguram a educação como direito social e dever do Estado. Diante do contexto social brasileiro, Martins (2007) menciona em suas pesquisas que houve muitos embates políticos e posicionamentos críticos de educadores até a tramitação da LDB/96, pois considerava-se que haviam flexibilizações e lacunas, podendo significar “o descompromisso do Estado e a possibilidade de levar a precariedade do sistema de educação, ou seja, das condições objetivas e adequadas para um ensino de qualidade” (MARTINS, 2007, p. 85).

Mesmo que haja a garantia do acesso e universalidade do direito à educação através da Constituição Federal de 1988 e sua obrigatoriedade pela LDB/96, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007, foi lançado o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE), composto por um conjunto de programas que visavam aprimorar a política de educação no país. Esse Plano tem como princípio a qualidade, equidade e potencialidade, estruturando-se em todos os níveis de educação, ou seja, a básica, superior, profissionalizante, tecnológica, alfabetização via Educação de Jovens e Adultos – EJA e Diversidade, incluindo na educação a valorização de comunidades indígenas,

quilombolas, entre outros. É por meio desse que se desenvolvem ações entre União, estados e municípios, para impedir que os problemas sociais afetem a educação, possuindo como meta a erradicação do analfabetismo até 2020 (SANTOS; MESQUITA; RIBEIRO, 2012, p. 246).

Na opinião de muitos educadores que participaram da Conferência Nacional Popular de Educação Etapa Estadual – CONAPE em 2018,

Este plano foi construído democraticamente há 11 anos, em 03 anos estão extinguindo o que foi construído com muita luta. E nós estamos sendo derrotados porque não mobilizamos nossos alunos e estudantes para lutar conosco. (CONAPE, 2018)

É indispensável analisar que a educação enquanto política social está inserida em um espaço contraditório de lutas de classes com reflexos do mundo do trabalho e influenciada pelo mercado, colocando em disputa a relação entre público e privado, causando a mercantilização da educação sob o discurso da meritocracia, ocultando a “realidade social, ou seja, a opressão e exploração e dominação” (GARCIA, 2017, p. 8). Portanto, a educação e demais políticas sociais se encontram diante da lógica neoliberal, preconizando a manutenção de um Estado mínimo, abolindo o seu papel de garantia e efetivação de direitos, priorizando o atendimento das necessidades do capital em detrimento das necessidades e potencialidades sociais dos cidadãos. Desse modo,

A educação além de tender a ser deslocada para o âmbito do mercado, se depara com novos desafios, passando a ser destacada como instrumento chave de sobrevivência dos indivíduos e dos países na chamada era da competitividade mundial. (MARTINS, 2007, p. 84).

É nesse ínterim que o Banco Mundial incorpora algumas reformas educacionais em países considerados “em desenvolvimento” ou “periféricos”, como no caso do Brasil e demais países da América Latina, e apresenta um conjunto de necessidades econômicas a serem realizadas, dentre elas:

A forte expansão do setor privado de serviços, a demanda por mão de obra mais qualificada, a consolidação de novos paradigmas de gestão de qualidade dos produtos e serviços, a flexibilização das relações e processos de trabalho e a disseminação de uma cultura de valorização de consumo. (ALMEIDA, 2011, p. 13).

Dessa forma, o Brasil tem aprofundado gradativamente as “expressões” da questão social, reduzindo nossas políticas sociais, as quais, atualmente, se apresentam alicerçadas em planos para a expansão da lógica neoliberal. Tais impasses tem influenciado diretamente nossa política educacional através de grandes organismos mundiais, destacados por Almeida

(2011), dentre eles: Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outras mundialmente conhecidas.

Ao mesmo tempo em que essas organizações influenciam nossa política de educação, os movimentos sociais compostos pela sociedade civil e representantes do campo educacional, permaneceram e permanecem em disputa acirrada pela garantia da educação enquanto direito social e emancipadora. Nesse contexto, é preciso atentar e resistir às lacunas e flexibilizações que são observadas na LDB/96 para que não continuem a ser modificadas de modo a beneficiar a lógica neoliberal. Para Almeida (2011), a LDB/96 após aprovada

contemplou algumas inovações importantes e assegurou certas conquistas no campo educacional, mas acabou por favorecer a adequação da legislação educacional ao processo de flexibilização da esfera da produção e às novas feições assumidas pelo Estado. (ALMEIDA, 2011, p. 16).

É possível observarmos que as mudanças que ocorreram nas últimas décadas remontam as práticas privativas, expressando, dessa forma, a expansão da lógica do mercado no âmbito das políticas públicas. De acordo com Almeida (2011), o investimento do Brasil no setor da educação circula na casa dos 4% do Produto Interno Bruto (PIB), diferente de outros países onde o percentual circula na casa dos 8%, assinalando como exemplo a Coréia do Sul que há mais de uma década investiu um pouco mais de 10% do PIB. Além de nosso país ter um baixo investimento na política de educação, é necessário mencionar a aprovação da Desvinculação de Recursos da União (DRU), que é “um artifício que subtrai 20% do orçamento da educação, assim como de todas as políticas públicas”. (ALMEIDA, 2011, p. 21).

Uma das estratégias do Banco Mundial para o desenvolvimento da educação brasileira é atuar no processo de descentralização do financiamento da educação, pelo qual realiza a transferência das instituições de responsabilidade nacional para estados e municípios, para que dessa forma a Federação possa dar subsídios à iniciativa privada, atuando de forma pontual onde a iniciativa privada não tenha interesse, ou seja, estamos inseridos em um contexto de fragmentação e desarticulação dos sistemas educativos. (LOCATELLI, 2008).

De acordo com o Ministério da Educação, os estabelecimentos privados cresceram 18%, enquanto o sistema público reduziu em 6% entre os anos de 2007 a 2010. (SANTOS; MESQUITA; RIBEIRO, 2012, p. 247). Dessa forma, o projeto educacional está articulado com as diretrizes do Banco Mundial, além de “várias reformas educacionais sem o diálogo e a

participação da sociedade civil organizada e de profissionais do campo educacional” (PIANA, 2009, p. 192).

Deve-se, portanto, compreender a sociedade que está estabelecida e que “subordina o metabolismo do ser humano com a natureza dos interesses de uma classe, aquela que exerce o domínio sobre a classe produtora da riqueza social, convertendo o trabalho em meio de dominação e exploração” (CFESS, 2012, p. 17), para observar que a Política de Educação é uma base para o enfrentamento da questão social, desde que essa assegure a autonomia dos sujeitos no pensar e no agir, mas é com essa mesma política que o capital tem se beneficiado para a sua reprodução. Schelesener (2016) faz este mesmo apontamento quando observa que sistema capitalista através de suas relações de trabalho influenciam na formação de consciência e na estrutura do pensamento. A educação enraizada no conservadorismo expressa através do homem uma “consciência fragmentada, que não entende o significado de sua própria ação” (CONCEIÇÃO, 2010, p. 5), mas que também pode ser modificada através do “contato com indivíduos que ocupam um lugar de transformação na realidade, podendo passar da condição de submisso à de consciente e à de participante” (CONCEIÇÃO, 2010, p. 5).

Nesse sentido,

compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais intestinas, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira. (ALMEIDA, 2011, p. 12).

A partir das afirmações de Almeida (2011) e Piana (2009), é nesse campo de correlação de forças e da prevalência da ideologia dominante em que o Serviço Social precisa estar inserido, estimulando a criação de novos elementos que reinventem a educação. Por isso,

O Serviço Social brasileiro ousa dizer não à forma como vem sendo implementado o acesso da população brasileira ao ensino, que, em larga medida, extravia seu caráter público, presencial, laico e de qualidade, em um contexto neoliberal, no qual o Estado empenha-se para atender às exigências dos organismos internacionais, criando as condições para a institucionalização de um padrão educacional que dissemina uma educação que contribui para a manutenção da desigualdade social e de relações sociais que alienam, desumanizam e conferem adesão passiva ao modo de ser burguês. (CFESS, 2012, p. 20).

Importante ressaltar que a educação tem caráter político e, por isso, não é neutra, mas, uma grande arena de disputas e que não se restringe apenas à escola; também constitui um

campo de dominação e controle do capital, e, assim, requer a mobilização da sociedade para a sua emancipação (ALMEIDA, 2007). Esse é um desafio posto para a categoria enquanto profissionais inseridos na Política de Educação, pois devemos ter uma direção política que esteja em consonância com o projeto ético-político do serviço social, buscando, através deste, a efetivação e consolidação da educação não só enquanto um direito social, mas também emancipadora dos sujeitos, pois é dessa forma que poderemos construir uma ponte entre a sociedade capitalista em direção a uma nova ordem societária (CFESS, 2012).

### **3 ESCOLA, UM ESPAÇO DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS**

Há décadas a educação, através do aparelho da escola, tem sido uma área estratégica do Estado para manter o controle da sociedade em forma de coerção ideológica utilizando-se do senso comum em favor da expansão do capitalismo (SILVA, 2016), ou seja, a escola deixa de ser um instrumento possibilitador de recriar a sociedade passando a atuar em uma lógica economista, onde o mercado direciona a sociedade (SOUZA, 2008).

Nesse contexto, a atual Política Nacional de Educação está organizada e dividida, segundo Martins (2016, p. 49), em diversos níveis de ensino, são eles:

Educação Básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; ensino superior e outras modalidades de ensino que incluem educação especial, educação indígena, ensino profissionalizante e educação de jovens e adultos. Também faz-se necessário considerar que a responsabilidade por esses níveis e modalidades de ensino é dividida entre as esferas federal, estadual e municipal, sendo regulamentados por um conjunto diversificado de legislações.

É por meio dessa organização que a escola ganha um novo desafio além do ensino-aprendizagem, pois estes ambientes vêm se modificando e exigindo cada vez mais dos profissionais da educação um olhar voltado para a realidade social de seus alunos, pois é nesse espaço que os pais, alunos, profissionais e comunidade convivem, e que certamente cada sujeito que compõe o cotidiano escolar compartilhará suas expectativas, motivações, dificuldades, histórias de vida e diferentes culturas. A escola é, portanto, um espaço de reprodução das relações sociais que permeiam a sociedade (AMARO, 2012).

Para compreender essas relações sociais que perpassam o cotidiano escolar, Silva (2016, p. 26) destaca uma pesquisa que o Grupo de Estudos de Serviço Social e Educação (GTSSSEDU), realizou em três municípios no Estado da Bahia que leva como título “Mapa da Vulnerabilidade da Comunidade Escolar do Estado”. Essa pesquisa fora responsável pelo levantamento de dados sobre as situações mais recorrentes que os professores percebem de seus alunos, e quais situações que os alunos apresentam para o professor. Observa-se situações como: violência e agressividade, problemas familiares, carência afetiva, ausência dos pais na vida escolar dos filhos, desinteresse e dificuldade no aprendizado, agressividade, fome, uso de substâncias psicoativas e trabalho infantil. A escola, para Silva (2016), é considerada um espaço de proteção social e, diante da complexidade da questão social no

cenário escolar, muitos profissionais da educação estão despreparados para lidar com tais situações,

*A questão social, ela perpassa por situações de negligência, violência... porque muitas vezes o professor, ele até conhece as situações em decorrência da convivência do aluno, mas não tem como fazer muita coisa, no sentido de ele não saber, de como ele vai reagir a determinada demanda. Ele não é um profissional preparado para trabalhar as demandas daquela criança ou adolescente, então ele vai ter que fazer contato com a família, ele vai precisar ter um acesso a rede para que tenha o atendimento, referente as demandas familiares, porque ao professor cabe a questão da educação, e não de fato trabalhar essas demandas que eles acabam recebendo do aluno, então muitas vezes eles tem que encaminhar para o conselho tutelar, as vezes o aluno passa a faltar em função das demandas familiares, e as vezes eles não entendem os motivos, e acaba que a escola precisa acionar o Programa de Evasão Escolar – APOIA e este programa acionar o Conselho Tutelar para esta família descrever o que está acontecendo, é uma via de comunicação bem lenta, por isso é bem importante a presença do assistente social neste espaço, exatamente por isso, para que as demandas sejam trabalhadas no espaço da escola, e aí se a situação for mais grave, o profissional vai identificar para encaminhar para a rede, mas esse atendimento de acolhimento inicial precisaria ser feito por esse profissional e não pelo educador de sala. O educador de sala vai conhecer a demanda e aí ele teria que encaminhá-lo, mas aí ele acaba ajudar da forma dele, e nem ele sabe o que fazer com aquilo. (A.S. Rosa, 2018).<sup>2</sup>*

Nesse contexto é fundamental analisarmos que estamos inseridos em uma violência estrutural que, para Bonamigo (2008, p. 206), “é instituída dentro da estrutura social, incluindo as práticas comumente dominadas de desigualdade social”, sendo assim, a primeira denominação dada pelo autor para essa prática é a violência estrutural que decorre da distribuição de renda e poderes de decisões desiguais em uma sociedade. Essa forma de violência está camuflada em nossa sociedade fazendo parte indiretamente em outros tipos de violência. A violência estrutural pode ser classificada de duas maneiras, tais como a violência simbólica e a violência interpessoal. A violência simbólica é uma relação em que a classe dominante impõe sua cultura aos dominados, consolidando-se por meio de práticas de exclusão social. Já a violência interpessoal se expressa através de práticas abusivas que perpassam a violência física, sexual, psicológica e a negligência (FEUBACH, 2015).

Sendo assim, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) determina, por meio do Art. 5º, que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990).

---

<sup>2</sup> Adotaremos o grifo em itálico para destacar trechos de falas extraídas dos relatos coletados durante a pesquisa.

Por outro lado, o Estado omite o seu percentual de responsabilidade no que se refere às respostas para as expressões da questão social, o que permite a perpetuação de práticas de violência. Diante disso, é impossível dissociar a violência na contemporaneidade da sua relação com o Estado, no sentido de que é no âmbito de suas carências e ausências que a violência se perpetua (DORNELLES, 2012). A criança e adolescente que vivenciam a violência, em quaisquer das suas modalidades, tornam-se desconfiadas dos outros e de si mesma, passando a se culpar por não ter coragem e ter medo de relatar a situação vivenciada, uma vez que a experiência não ecoa no entorno social (FERRARI, 2006). Sendo assim, a criança e adolescente desenvolvem traumas, marcas e danos difíceis de serem reparados, muitas vezes são irreversíveis para o sujeito que vivenciou tais situações. Diante disso, o combate a todas as formas de violência requer a participação direta de diferentes segmentos da sociedade organizada. Os órgãos do poder executivo e a comunidade devem buscar a articulação para que as políticas e programas públicos ganhem um espaço cada vez maior no combate contra as mais diversas expressões e manifestações de violência (FERRARI, 2006).

A violência convoca a todos: Estado, sociedade civil, instituições de educação, saúde, de assistência a agir em dois níveis. O primeiro, o da prevenção por meio da garantia de acesso aos bens materiais e simbólicos que possibilitem às famílias compartilhar e elaborar suas experiências na educação dos filhos. O segundo, a do atendimento psicossocial das famílias em situação de violência, para que possam potencializá-las e assim reinventar suas relações, interrompendo o ciclo da violência (FEUBACH, 2015).

No cotidiano escolar todas essas situações de violência perpassam a vida de milhares de crianças, adolescentes e jovens, mas, não podemos culpabilizar somente as escolas pelas práticas dessas violências, se toda a sociedade está submetida à violência estrutural em detrimento de uma elite. Nos casos de evasão escolar, conforme o depoimento da A.S. Rosa, a escola, após muitas tentativas de contato sem sucesso com as famílias para compreender os motivos das faltas, formaliza a situação através do Programa de Combate a Evasão Escolar - APOIA, pelo qual é um sistema em que integra as escolas, os conselhos tutelares e as Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, Secretarias de Educação, entre outros, visando garantir o retorno das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos à escola.

Resolver os flagelos da educação brasileira é, portanto, resolver a sociedade ou, ao menos, uma parte das expressões da questão social que as compõe. E é nesse aparelho público, a escola, de acordo com depoimento de profissional do Serviço Social,

*É o lugar em que se mais percebe na criança e no adolescente essas expressões, e a principal maneira que elas se expressam neles, eu acho que*



*é a questão comportamental, também a falta de acesso, a gente percebe que eles têm a falta de acesso de serviços, de necessidades básicas do desenvolvimento... (A.S. Margarida, 2018).*

Observa-se que a atuação do assistente social no campo escolar não é apenas para atender as demandas das expressões da questão social, mas também criando estratégias para enfrentá-las de forma a minimizar as mazelas ditadas pelo regime social contemporâneo e integrando as famílias nas demais Políticas Públicas. Esse profissional de forma alguma substituirá as ações de ensino-aprendizagem que é campo destinado aos professores e pedagogos, mas serve como um instrumento de fortalecimento nesse processo, pois a

LDB delimita bem as ações dos professores, assim como a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social estabelece as competências e atribuições deste profissional. Não existe a possibilidade de se confundirem suas ações, atribuições e competências. (SILVA, 2016, p. 32).

Nesse âmbito é indispensável às intervenções privativas de um(a) assistente social inserido no campo escolar. Certamente que a atuação profissional não deva restringir-se somente aos alunos e atendimentos individuais, pois isso acarretaria em prejuízos para as intervenções profissionais e alguns deles são pontuados por Silva (2016, p. 25) como:

- ✓ A culpabilização dos estudantes e suas famílias;
- ✓ Reprodução de diagnósticos de que o problema da educação ou da escola brasileira, ora é o aluno, ora o professor ou a metodologia. Não compreendendo a estrutura e dimensão social em que estamos inseridos, desqualificando o que é público;
- ✓ Um trato ideológico dado à compreensão dos direitos sociais e ao sujeito de direitos, condição ainda em construção no Brasil.

Diante dessas pontuações é fundamental que as intervenções profissionais contemplem toda a comunidade escolar, ou seja: estudantes e suas famílias, professores e os demais profissionais que compõem as diversas políticas públicas, entre outros, possibilitando, dessa forma, a criação de um vínculo com a comunidade e ações de caráter coletivo, contribuindo na identificação de situações antes mesmo de tornarem-se demandas. Neste sentido, conforme depoimentos de assistentes sociais que atuam na política de assistência social, na Prefeitura Municipal de Florianópolis,

*É uma profissão que faz extrema falta, isso a gente percebe aqui na instituição, que vai fazer essa interlocução com a escola... de que a escola analisa a família sempre pela questão do comportamento de como é esse aluno, eles culpabilizam a família, não conseguem ver na totalidade e o ambiente em que a família está inserida, ou porque esse aluno tem tal comportamento, não conseguem trabalhar com essa família, ou fazer uma intervenção junto à família... o que muitas vezes a gente acaba fazendo*

*enquanto instituição é encaminhar essa família para rede, como o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, dependendo da situação. Mas se fosse feito na escola o desenvolvimento deles seria muito melhor... A escola até exige de nós uma punição para essa família... E a gente tenta trabalhar com eles de que essa não é nossa função, mas sim dar um suporte para que a família consiga acessar os seus direitos. (A.S. Margarida, 2018).*

*É um campo de trabalho muito rico e de muitas possibilidades, seria um espaço que possivelmente traria muito reconhecimento para o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social, tanto pelos profissionais do campo escolar, como pela família e comunidade... pois estaríamos mais próximos, além de perceberem que Serviço Social é um viabilizador de direitos... sempre na perspectiva da garantia do acesso, permanência, no contato com as famílias. É um espaço de grandes oportunidades que deveria expandir para que dessa forma houvesse intervenção deste profissional no cotidiano escolar. (A.S. Hortência, 2018).*

De acordo com os depoimentos descritos acima, percebe-se que a falta de um profissional de Serviço Social nas escolas impacta o trabalho dos assistentes sociais que atuam nas mais diversas políticas públicas. Nesse sentido, o assistente social no campo escolar trabalhará incessantemente para o enfrentamento da questão social através de suas práticas socioeducativas e em articulação com a rede de serviços, atendendo a comunidade escolar em sua plenitude, inclusive trabalhando com os educadores questões como a não responsabilização das famílias em face dos diversos problemas, expressões da questão social, que os afligem cotidianamente.

Madaleno (2017) afirma que, nesse contexto, a família brasileira sofreu profundas transformações em todos os seus aspectos, tanto na sua finalidade quanto em sua composição. A família na sociedade se faz presente desde a ausência completa do Estado até receber a atenção do Estado, por ser a família a base da formação da pessoa em sua dignidade e personalidade. A concepção de família hoje não tem mais o mesmo grau de imbricamento de outrora. Nesse sentido a família de hoje constitui:

*A instância básica, na qual o sentimento de pertencimento e identidade social é desenvolvido e mantido e, também, são transmitidos os valores e condutas pessoais. Apresenta certa pluralidade de relações interpessoais e diversidades culturais, que devem ser reconhecidas e respeitadas, em uma rede de vínculos comunitários, segundo o grupo social em que está inserida. (SIMÕES, 2009, p. 185).*

A família não é um dado natural, mas, antes, uma construção histórica e social, e, por isso também considerada, em geral, fundamental para a formação da sociedade, pois, conforme a citação acima é a partir dela que se dá a formação da personalidade e dos princípios norteadores de seus membros, mesmo apresentando multiplicidades de condutas

decorrentes do núcleo familiar em que estão inseridos. As transformações verificadas na organização familiar, onde a tradicional família nuclear, composta de um casal legalmente unido, com filhos, e em que o homem assumia o encargo de provisão e a mulher as tarefas do lar, encontra-se em extinção. Com o desaparecimento da família patriarcal, na sua forma tradicional, cujas funções eram econômicas, religiosas e políticas, a família passou a ser representada por um grupo social fundado nos laços de afetividade. Desde então as famílias, contemporaneamente, tornaram-se mais efêmeras e heterogêneas, assumiram uma variedade de formas e arranjos, e exigiram revolucionárias mudanças conceituais e jurídicas (BOARO, 2013). Assim sendo, essas dinâmicas e novas composições familiares sucedem, sobretudo, do contexto socioeconômico e político do país e “não devem ser questionadas como formas de convivência erradas ou desestruturadas”. (SILVA, 2016, p. 96).

A família era considerada como grande responsável pelas dificuldades, pelo baixo grau de escolaridade dos alunos, a frequência irregular, a fadiga, a debilidade física do aluno, decorrentes da falta de compreensão dos pais, a alimentação deficiente, as dificuldades financeiras eram fatores responsáveis pelo nível inferior na aprendizagem. (SOUZA, 2008, p. 40).

É nesse universo que os profissionais que compõe o campo escolar não devem naturalizar as desigualdades sociais em que muitas famílias estão submetidas. A pobreza, muitas vezes, passa a ser vista como inferioridade carregada de valores morais, responsabilizando os indivíduos pelos problemas sociais. É fundamental a escola olhar os sujeitos como detentores ativos na construção do conhecimento, auxiliando na desnaturalização de que pessoas pobres sempre fraquejam ou que não são merecedoras do conhecimento. A escola não deve ficar aquém dessa realidade que está presente na vida de muitos estudantes, mas, reconhecendo que há e criando estratégias para combater a questão social nos espaços educativos.

As expressões da questão social no cotidiano escolar interferem significativamente no desempenho dos alunos como nos casos de evasão escolar, dificuldades e desinteresse no aprendizado, uso de substâncias psicoativas, gravidez na adolescência, bullying, trabalho infantil, agressividade, diversas formas de violência, problemas familiares, fome, carência afetiva entre outros. É imprescindível que os educadores compreendam a realidade para utilizar-se de seus instrumentos e transformar as suas práticas, para que a educação seja emancipadora e libertária (ARROIO, 2012), ou seja, “a educação para ser efetiva deve ter como norte a emancipação como elemento central, bem como considerar as contradições históricas e objetivas” (CASTRO; RIOS, 2007, p. 227).

É certo que

não basta apenas a orientação dos professores, como educadores compromissados com o futuro da criança. Compete também aos pais contribuir de forma direta na educação dos filhos, acompanhando-os no processo de aprendizado, com o intuito de mantê-los na escola. Vale ressaltar que a educação de crianças e adolescentes deve ser primeiramente proporcionada em casa pelos pais, não transferida para os professores. (SILVA, 2016, p. 103).

É fundamental que os educandos devam ter o apoio da família no processo de ensino-aprendizagem, mas, contemporaneamente, está cada vez mais difícil para os pais se dedicarem aos filhos, uma vez que os desmanches de direitos e flexibilizações trabalhistas faz com que os membros de milhares de famílias precisem estar mais tempo fora de casa para se empenharem ao trabalho, necessário à sua própria sustentação econômica, afetando o tempo e a qualidade de convivência com seus filhos (SILVA, 2016).

Contudo,

as incertezas econômicas, o desemprego, o estresse cotidiano, a luta por sobrevivência, a fragilização das relações e o racionamento nos afetos impostos pelo mundo moderno, normalmente trazem danos à qualidade relacional da família, deteriorando os vínculos ou mesmo as atitudes de mútua proteção entre seus pares. (AMARO, 2012, p. 40).

Nessa direção, cabe ao assistente social identificar as múltiplas formas dessas expressões realizando “uma análise cuidadosa das questões apresentadas por indivíduos e famílias, podendo evitar julgamentos precipitados sobre seus modos de vida” (GUEIROS, 2010, p. 129), além de observar a sua organização, o espaço social e sua localização territorial em que estão inseridos para prevenir adversidades que possam vir a surgir no contexto familiar, a fim de viabilizar ações para a conquista da emancipação, autonomia e cidadania dos educandos e suas famílias. Dessa forma,

*O assistente social consegue trabalhar com a escola, com a equipe técnica da escola e com os professores de que existe um contexto por trás daquela criança. É possível que os próprios educadores mudem o jeito de agir com aquela criança e automaticamente a resposta daquela criança será mais positiva e com tudo isso, a evolução da criança e o desenvolvimento dela será superior ao que é hoje. (A.S. Margarida, 2018).*

É fundamental compreender que a família está inserida em uma relação entre capital e trabalho e que na ideia do capitalismo, as desigualdades sociais, entre elas, a pobreza, é uma condição para a manutenção do mesmo, sabe-se que sua erradicação é impossível dentro de uma sociedade capitalista, mas isso não impede de continuarmos lutando contra este “flagelo

humano”. Assim, a educação e outras políticas sociais devem contribuir para assegurar direitos e não para promover mais exclusões (GARCIA, 2017). É essencial analisar as transformações que ocorreram na sociedade, na família e na escola nos últimos séculos, para traçar novos caminhos, inovar os métodos que viabilizem melhorias para o funcionamento escolar, juntamente com a participação e apoio do Estado e comunidade escolar.

Nesse sentido, o profissional de serviço social inserido nesse espaço “sempre estará na busca da garantia de direitos, disposto a contribuir para que a família vinculada à escola forneça um suporte fundamental para uma melhor qualidade do ensino”. (SILVA, 2016, p. 106). Assim sendo, o assistente social no ambiente escolar poderá desenvolver as seguintes atividades, conforme pontuadas por Novais (2001 apud AMARO, 2012, p. 104):

- ✓ Pesquisas de natureza socioeconômica e familiar para a caracterização da população escolar;
- ✓ Elaboração e execução de programas de orientação sociofamiliar visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno em sua formação para o exercício da cidadania;
- ✓ Participação em equipe multidisciplinar da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões da saúde pública;
- ✓ Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- ✓ Realização de visitas domiciliares, com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sociofamiliar do aluno e melhor assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente à rede de serviços disponível;
- ✓ Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas para a efetiva inclusão da educação especial em sua cultura, projeto político-pedagógico e cotidiano.

O trabalho do assistente social nesse campo compreenderá o trabalho social com as crianças, adolescentes e suas famílias no contexto atual das expressões da questão social. A ação do assistente social está relacionada ao cotidiano, junto aos aspectos particulares da vida que permeiam os sujeitos atendidos, questões como: à violência, escola, alimentação, saúde, transporte entre outros.

É possível identificar que a prática profissional está relacionada em apreender as expressões da vida cotidiana, para intervir diretamente com os que se encontram vulneráveis, que são ameaçados e violados em seus direitos fundamentais, que impõe a toda a família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência. No dia-a-dia da escola, a intervenção do assistente social se dará a partir da acolhida dos sujeitos envolvidos, das entrevistas individuais e grupais, das visitas domiciliares para a obtenção do conhecimento da realidade

vivenciada e um acompanhamento sistemático de modo a orientar e encaminhar os sujeitos aos serviços necessários (FEUBACH, 2015).

Cabe ressaltar que os encaminhamentos realizados às famílias atendidas no contexto escolar deverá estender-se à rede socioassistencial que, por meio estatal, cumpre a função de garantia de direitos às crianças e adolescentes, conforme preconizam orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Art. 7º da Lei 8.069/1990: “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e a saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”. Desse modo, “torna-se imprescindível à organização da rede de serviços do território, que inclui o constante diálogo entre as diferentes organizações na perspectiva de evitar descontinuidades, lacunas ou sobreposições de ações” (GUEIROS, 2010, p. 129).

Portanto, nesse espaço de atuação, o assistente social deverá estar atento ao ritmo da dinâmica escolar e realizar uma análise de conjuntura para executar suas ações de forma dinâmica e efetiva, evitando desta forma, seguir roteiros pragmáticos de intervenções. Para Bisneto (2007) é necessário refletir no contexto da instituição, repensar as questões que envolvem o “saber aceito”, institucionalizado, as proposições, os fatos e as teorias aceitas como verdades e/ou como certezas e, portanto, consideradas como incontestáveis. Isso significa que é preciso olhar minucioso e conhecer as situações de pobreza, privações, exclusões, compreender as diferenças, particularidades, potencialidades e o território em que estão inseridos os sujeitos. Através da prática profissional no campo escolar, torna-se explícito a sua dimensão educativa, caracterizada “não apenas pela sua base epistemológica, mas principalmente pela possibilidade deste profissional trabalhar as características individuais articuladas no coletivo dos sujeitos usuários dos serviços sociais” (SOUZA, 2008, p.1). Além disso, essas ações educativas do serviço social, instigam os sujeitos a pensar e questionar, agindo de forma crítica sobre a sua realidade.

Nesse sentido, a partir desses autores que analisaram essa temática, observam-se algumas potencialidades que o Serviço Social poderá desenvolver no cenário escolar:

- ✓ **Vínculo com as crianças e adolescentes:** este campo proporcionará uma aproximação maior com realidade dos educandos, conhecendo suas dificuldades e potencialidades, havendo uma facilidade em intervir nas demandas trazidas pelos jovens e suas famílias.

- ✓ **Autonomia profissional:** este campo permitirá ao serviço social, relativa autonomia para realizar suas ações/intervenções, sejam elas direcionadas aos educandos, suas famílias e/ou comunidades.
- ✓ **Aproximação com as comunidades do entorno das escolas:** com ofertas de oficinas, serviços e espaço para que os pais, responsáveis e moradores das comunidades possam ter acesso.
- ✓ **Desenvolver ações que envolvam pais e filhos:** com o objetivo de favorecer o fortalecimento de vínculos familiares, pois geralmente as ações ou são com as crianças/adolescentes ou com os pais/responsáveis.

Observa-se que são inúmeras as possibilidades e contribuições dos assistentes sociais nesse campo, pois permite aos profissionais de serviço social: conhecer, criar, participar, aprender e ensinar a partir das dimensões que subsidiam a atuação profissional: Teórico Metodológico (com a apreensão do método e das teorias e sua relação com a prática profissional); Ético Político (que visa analisar a sociedade e suas contradições relacionando a um direcionamento democrático, igualitário e emancipatório) e Técnico Operativo (que evidenciam os elementos técnicos e instrumentais da atuação profissional).

De acordo com o depoimento de assistente social,

*O Serviço Social pode contribuir desde o princípio, desde o projeto político pedagógico da escola, ele já pode ter uma visão do assistente social na construção desse projeto, contribuindo para que as famílias se sintam pertencentes também aquele corpo escolar, de que a criança não é um ser isolado dentro da educação, ela tem uma comunidade, que tem uma família que está ali com ela naquele contexto. E também ajudaria fazer a interlocução com a escola e a comunidade, de abrir mais a escola para essa comunidade, para que as famílias também, não sejam só chamadas na escola, quando as crianças tem alguma suposta reclamação ou um comportamento “indesejado” que eles classifiquem isso. (A.S. Margarida, 2018).*

Cabe destacar que, para atuar nas diversas políticas públicas, o assistente social deve estar respaldado de suas normativas profissionais, como a Lei de Regulamentação da Profissão (LRP), Código de Ética Profissional (CEP) e na direção do Projeto Ético-Político. Além de estar fundamentado nas bases legais da política em que irá atuar, ou seja, as legislações representativas da política de educação que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE) e o Projeto Político Pedagógico da escola, bem como, utilizar-se-á dos aparatos da Constituição Federal

de 1988, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre outras legislações não menos importantes.

No entanto, o Estado deve proporcionar uma qualificação das escolas públicas para contemplar novos profissionais e a formação de equipes multidisciplinares, pois a complexa realidade necessita da interlocução de diversos saberes. Dessa forma, a formação de uma equipe multidisciplinar contribuirá demasiadamente para a construção do conhecimento sobre dada realidade ou situação, nesse sentido, cada profissional compartilhará conceitos, teorias e métodos a fim de compreender determinada demanda para a construção das estratégias de intervenção e, por conseguinte, dos encaminhamentos necessários (GOMES, 2016).

Cada profissional que compõe uma equipe multidisciplinar deve ter “a habilidade de escutar, comunicar, liderar, ser crítico, criativo, saber gerenciar as relações e a inteligência emocional, para que o trabalho em equipe seja de fato produtivo” (GOMES, 2016, p.10). A comunicação entre a equipe, a compreensão e respeito de cada fazer profissional é primordial para alcançar objetivos. É certo que o assistente social sozinho não poderá solucionar todas as expressões da questão social que se apresentam. Nenhuma profissão é isolada, sempre haverá interlocução de diversos saberes, por isso é necessário estar articulado com os demais profissionais da equipe, com as demandas de seus usuários e com as legislações condizentes, para que haja de fato, uma intervenção efetiva, levando em consideração o sigilo profissional (GOMES, 2016). Assim, “a troca de conhecimentos entre sujeitos resulta numa relação interpessoal e grupal que envolve criatividade, reflexão, complexos saberes e experiências cotidianas em um dado tempo e espaço” (SOUZA, 2008, p. 59).

Para Amaro (2012, p.105), o assistente social inserido em uma equipe multidisciplinar, além de seu conhecimento técnico, deve estar orientado através de alguns princípios para a sua intervenção, são eles:

- ✓ A defesa da humanização e prevenção de práticas discriminatórias na escola;
- ✓ Valorização e respeito à diversidade cultural, sexual, étnica e religiosa de indivíduos e grupos que “habitam” e frequentam a escola;
- ✓ Autopromoção dos segmentos individuais e coletivos da escola;
- ✓ Qualificação das relações sociais construídas e vividas no espaço escolar;
- ✓ Protagonismo juvenil, ativo e responsável, de alunos e egressos na escola;
- ✓ Interdisciplinaridade e visão complexa da realidade social e sua interface com o mundo da escola.

Esses princípios auxiliarão na construção de uma nova escola, um novo projeto político-pedagógico, recriando as relações sociais e o protagonismo dos sujeitos inseridos



neste espaço. De acordo com os depoimentos das assistentes sociais entrevistadas, a equipe multidisciplinar no campo escolar,

*Serve para que não aconteça a re-vitimização do sujeito, para que eu entenda no coletivo o que acontece com aquela criança ou adolescente sem que vários profissionais perguntem a mesma coisa. São olhares e visões de áreas completamente diferentes ou que se aproximam... são olhares diferentes sobre a mesma questão. Por exemplo, o assistente social tem um olhar sobre o sujeito referente às questões dele perante a sociedade, o psicólogo tem o olhar mais direcionado para o indivíduo, para a pessoa, como que eu vou trabalhar as questões de sentimentos... Então, são áreas diferentes, mas que se completam... O serviço multidisciplinar serve justamente para isso, essa interligação das questões do sujeito para trabalhar no coletivo aquilo que é uma demanda daquele sujeito ou da família... (A.S. Rosa, 2018).*

*Com uma equipe multidisciplinar é possível estar mais presente na realidade do aluno, da família... Sabemos que há uma desmotivação dos professores e profissionais da educação diante da atual conjuntura... Mas eles não precisam restringir algumas informações que precisamos obter do aluno e sua família... a educação tem medo de se responsabilizar diante de algumas questões, não querem que haja interferência de outros profissionais... É comum ouvir que o problema está na família, ou que a família não dá conta da criança ou adolescente, é sempre o mesmo discurso, é sempre necessário explicar o porquê de você pedir algumas informações daquela família... Um exemplo é a escola não conseguir ou demorar em identificar se a criança sofre algum déficit... se houvesse uma equipe essa questão poderia ser percebida mais facilmente e em articulação com a saúde, assistência social... A equipe multidisciplinar é essencial para a troca de saberes e competências, pois que tem a ganhar é o aluno, sua família e a sociedade como um todo. (A.S. Hortência, 2018).*

Diante do exposto, o trabalho multidisciplinar no campo escolar deve ter em seu seio o objetivo de analisar a realidade além do que é apresentado no cotidiano, é se opor aos pensamentos tradicionais e do senso comum, é se aproximar da realidade dos sujeitos e compreendê-los em sua totalidade, neste sentido é primordial a democratização do conhecimento, de haver troca de saberes a fim de explorar as realidades e propor ações que as modifiquem, sempre prezando a autonomia e emancipação dos sujeitos. É certo que,

*Nenhuma mudança acontecerá a curto prazo e os resultados efetivos só surgirão se o enfrentamento da realidade for feito de modo sério, em que a capacidade humana seja colocada como base para a construção de uma sociedade justa. Todos devem estar convencidos de suas responsabilidades, competências e potencialidades e, comprometimento com a sua coletividade, colocá-las a serviço do desenvolvimento de relações mais humanizadas dentro e fora da escola. (AMARO, 2012, p. 107).*

No que se refere aos encaminhamentos realizados pelas escolas para outros aparelhos públicos, as assistentes sociais afirmam:

*Muito difícil haver algum encaminhamento da escola para o CRAS, posso dizer que durante este tempo que estou aqui, não existiu nenhum encaminhamento por parte deles, acredito que seja até mesmo por desconhecimento do que faz um Assistente Social, ou para que serve a Política de Assistência Social (PNAS), o que faz um CRAS... Sabemos que há muitas questões na escola de violência, envolvimento com tráfico... mas a escola é muito fechada quando queremos buscar a informação de alguma criança/adolescente e sua família... Sempre temos que buscar a escola... Em todos os sentidos, sempre tentamos promover algum contato com a escola, há um grande distanciamento, tanto da política de educação quanto da política da saúde... Sentimos que a escola cria uma barreira, como se fossemos critica-los em suas ações, funções etc. (A.S. Hortência, 2018).*

*A frequência que a escola faz encaminhamentos é diária, e das demandas, 90% delas são questões comportamentais... Exemplo: que a criança não para em sala, que a criança responde, não tem educação, não obedece ao professor, que ela sai da sala de aula... Depois, entra a questão da negligência, posteriormente a violência física, e em último patamar que agora que a gente conseguiu trabalhar com as escolas, e a denuncia, mesmo na suspeita da violência sexual. (A.S. Margarida, 2018).*

*Com muita frequência, as escolas sempre demandam da Instituição, por exemplo: alguns questionamentos sobre determinada criança ou adolescente como 'aqui na escola ele tem um comportamento difícil'. A escola não consegue lidar com a questão por exemplo, da hiperatividade ou alguma questão do aprendizado, da falta de educação, que as vezes eles usam esse termo, para aqueles que não respeitam o professor.... É engraçado, porque aqui eles não têm essa postura, porque depende da forma como eu recebo esse jovem, a forma como eu trato esse jovem, se ele é tratado com respeito e com carinho, com educação, a recíproca é a mesma. Se ele é tratado com ignorância, que muitas vezes ou na grande maioria das vezes é o que acontece, e a imposição de cima para baixo porque eu sou o detentor do conhecimento e o aluno está para aprender então o aluno tem que ouvir e pronto. Então as vezes essa imposição do poder do professor em relação a criança ou adolescente, faz com que ele se torne "indisciplinado" entre aspas, porque ele acaba se revoltando contra o professor porque discute, bate boca. Depende da forma com que você o trata, se tratar com carinho com certeza ele vai te devolver da mesma maneira, porque as vezes ele já não está num bom dia e aí se o professor trata com arrogância ou ignorância ele acaba trazendo outras questões que ele já veio de casa, e ele coloca pra fora, através do palavrão, através de um momento de explosão, são coisas que precisam ser trabalhadas com os jovens, identificadas porque que ele veio assim naquele dia, ou se houve alguma situação no caminho da escola, ou será que ele tem alguma questão que ele não soube expressar e expressou na agressividade com o colega ou com o educador... e trazer essas questões porque no dia a dia você conhece e sabe que o comportamento não é esse, então a mudança precisa ser identificada e trabalhada com a criança ou adolescente. (A.S. Rosa, 2018).*

Compreende-se através das falas que há um distanciamento e desconhecimento por parte das escolas no que tange aos demais aparelhos e serviços públicos, a escola necessita criar mecanismos que fortaleçam e integrem uma rede de atendimento, e os assistentes sociais devem fazer parte e auxiliar nesse processo, pois a própria incompreensão do corpo escolar

sobre a finalidade dos serviços prestados pelas políticas públicas e de quais são as atribuições e competências de uma assistente social, é um dos fatores de as escolas não contemplar este profissional (SOUZA, 2008).

Na rotina escolar, dentro das salas de aula é primordial que os profissionais da educação conduzam o conhecimento para seus alunos de forma agradável e relacionando-as ao cotidiano deles, pois o rendimento e o aproveitamento dos alunos é um dos fatores que podem estar correlacionados na forma em como o professor lida com questões que são apresentadas pelos jovens. Os alunos são superiores a educação que é posta a eles, cabe à equipe escolar identificar suas potencialidades e criar estratégias de forma pedagógica que vislumbrem o potencial de cada sujeito. Os alunos devem fazer parte da transformação de uma nova escola, nesse sentido é necessária a inserção de políticas de participação para os jovens, pois com uma equipe integrada e munida com seus direitos é possível construir uma nova educação, mesmo diante de condições adversas.

Sendo assim, a escola carece de um olhar voltado para a realidade, o cotidiano e os comportamentos apresentados pelos alunos; os profissionais inseridos no espaço escolar precisam “preocupar-se com as causas que levam a esses comportamentos, buscando estabelecer um diálogo com esses indivíduos” (SILVA, 2016, p. 161). As relações sociais modificam-se conforme a dinâmica do capitalismo e é preciso que a escola esteja atenta para estas transformações e acompanhe-as. Portanto, as escolas públicas brasileiras necessitam urgentemente de uma equipe multidisciplinar e que prezem pela intersetorialidade entre as políticas, pois esta visa à melhoria do atendimento entre os serviços prestados, a interação entre a escola e família, de modo a efetivar os direitos sociais em sua integralidade, não fragmento os sujeitos e suas relações sociais. O assistente social inserido na escola poderá, portanto, ser o responsável em realizar reuniões, palestras e capacitação para todos profissionais da educação a respeito de temas que permeiam o cotidiano, além de abrir esses espaços para os alunos, famílias e comunidades, promovendo a cidadania e a participação democrática.

A escola deve caminhar em busca de uma nova direção e refletir sobre o papel social que desempenha e não ser somente um aparelho de ensino e aprendizagem, mas, além disso, um espaço em que proporcione o “empoderamento” dos alunos diante dos seus medos, traumas, anseios, preconceitos etc., e que os profissionais possam estar mais próximos da realidade dos educandos, considerando o contexto em que estão inseridos, pois o processo escolar não pode ser descolado dessa realidade. A escola, portanto, deve ser um ambiente para o exercício da cidadania e de forma democrática, proporcionando a saudável participação dos

alunos, suas famílias e comunidade nas decisões da escola, pois eles precisam ser de fato ouvidos, compreendidos e atendidos nas suas mais diversas questões, para que dessa forma sintam-se pertencentes ao espaço escolar.

A educação é um dos principais mecanismos de transformação de um povo. Sendo assim a escola é responsável na formação de valores, hábitos, comportamentos e na promoção da integralidade dos sujeitos, de forma a garantir o respeito às diferenças e as particularidades de cada um, abrindo caminhos para ampliação da cidadania. (RIBEIRO, 2004, p. 7).

Dessa forma, busca-se não fragmentar as realidades vivenciadas pelas crianças, adolescentes e suas famílias, observando a sociedade em sua totalidade e a partir da percepção daquilo que fundamenta o modo de produção capitalista, ou seja, a contradição entre capital e trabalho, a luta de classes, a exploração do trabalhador e como esses elementos configuram a sociabilidade e as inúmeras consequências para a vida desses sujeitos e de suas famílias.

Em síntese, observa-se que o Estado reconhece os direitos constitucionais, mas por outro lado revela sua omissão em relação as suas responsabilidades nos mais diversos direitos e políticas públicas. No caso da política de educação é o de não proporcionar à comunidade escolar a riqueza de diferentes profissionais envolvidos para aperfeiçoar o desenvolvimento dos educandos, de não ter infraestrutura e material adequado para o bom desempenho no trabalho dos profissionais e dos alunos, desmantelando a garantia do acesso, permanência, justiça e equidade no ensino. Lamentavelmente o que se apresenta na realidade, de acordo com o depoimento da assistente social, é que,

*além de não termos o serviço social na escola, não se tem uma equipe mínima de trabalho, hoje nas escolas do continente a maioria é do Estado, a gente tem um diretor, um auxiliar de direção e os professores. Não tem um orientador educacional, um supervisor educacional... então aquela figura do diretor fica sobrecarregada e as vezes ele não consegue lidar com a demanda dos alunos, quem acaba lidando é o professor com uma demanda superficial que aparece ali no cotidiano... (A.S. Margarida, 2018).*

O desmantelamento das políticas sociais situa-se na natureza contraditória do Estado moderno e exige “intervenções conjuntas pelos dirigentes governamentais, por diferentes profissionais e pela família, possibilitando uma ação integrada” (SILVA, 2016, p. 141) que visem conscientizar sobre a melhoria, ampliação e emancipação da educação e não apenas aos interesses da burguesia, pois ao passo que “a educação escolarizada que se constitui em expressão da dominação e controle do capital é ao mesmo tempo objeto das lutas das classes subalternas pela sua emancipação política” (ALMEIDA, 2007, p. 4).

Vimos que a escola é um ambiente que abrange uma realidade plural e complexa, portanto, os profissionais da educação devem estar em contínuo processo de conhecimento juntando os mais variados esforços de todos para receber e reconhecer as singularidades de cada sujeito, isto é, abranger, incluir, adaptar e integrar as ricas diversidades seja, cultural, étnico-racial, sexual e religiosa, sendo o profissional de Serviço Social uma das peças-chave para a construção da escola e da sociedade de forma inclusiva, democrática e participativa.

#### 4 DEBATES E DESAFIOS PARA A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

O Conselho Federal de Serviço Social elaborou alguns subsídios da atuação profissional, através das discussões que ocorreram na agenda de lutas da categoria a partir de 2000, o que culminou na produção do Parecer Jurídico 23/2000 elaborado pela Doutora Sylvia Terra, assessora jurídica do CFESS. Tal parecer discorre

sobre a implantação do serviço social nas escolas de ensino fundamental e médio, relacionando a pertinência da inserção do serviço social na educação a partir das atribuições atinentes à atividade profissional respectiva, estabelecida nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993 e também das possibilidades legais dos projetos da lei para a implantação do serviço social nas escolas e sua regulamentação nas instancias de poder municipal e estadual. (CFESS, 2011, p. 9).

O parecer jurídico concorda que deva haver visibilidade legal acerca do serviço social nas escolas de rede pública, pois essa medida contribuirá para o aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos, para a análise dos problemas sociais no âmbito escolar, como por exemplo: evasão escolar, baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado, insubordinação a limites impostos, vulnerabilidade com drogas, comportamentos agressivos e violentos, entre outras expressões da questão social – ou mesmo, de acordo com o depoimento de assistente social:

*A violência, o tráfico, o bullying, diversas formas de exclusão social, um exemplo é o acesso à escola quando não há vagas suficientes, desemprego das famílias... Na escola, as crianças não estão protegidas desses fatores... (A.S. Hortênci, 2018).*

É fundamental compreender que o serviço social não se restringe em atender somente essas demandas, é, além disso, é zelar pelo acesso, permanência, qualidade, criando medidas, mecanismos e instrumentos que assegurem os direitos dos educandos em sua totalidade. No que tange aos recursos para o pagamento dos profissionais de serviço social na educação, o Parecer Jurídico considera pertinente que os recursos devam vir da Política de Educação, pois a implementação de tal medida é para benefício da mesma, mas para o Estado este argumento é ilegítimo, já que não se pode desviar os recursos da Educação que possui atribuições próprias para a destinação de outros propósitos, como a implementação de assistência social escolar (CFESS, 2011). Portanto, o Estado utiliza o argumento de que tais recursos deveriam vir da Seguridade Social, de acordo com a CF/1988 em seu artigo 212 nos § 3º e 4º:

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

O fato de o Estado não contemplar os recursos da educação para o pleno desenvolvimento dessa política conforme o Art. 212 e o §3º, é não vislumbrar um projeto de sociedade consistente e transformador, pois compreender o aluno em sua totalidade requer rever metodologias e criar novas ferramentas juntamente com uma equipe multidisciplinar. Essa concepção foi objeto de análise inclusive das assistentes sociais entrevistadas:

*O Estado até entende que é importante o assistente social nesses espaços, mas quando se fala em recursos pensam que cada política deveria arcar com seus serviços. Acredito que os recursos deveriam vir da educação, pois para cada espaço de atuação são atribuições diferentes, o serviço social não se restringe apenas à secretaria de assistência social... O Assistente Social precisa pertencer ao espaço em que atua... E a educação traz muitas complexidades... Trabalhariamos tanto da garantia do acesso, como na qualidade do ensino, com cidadania, acesso aos direitos... e o trabalho multidisciplinar... Traria muitos benefícios para a Educação, é claro que os recursos para o pagamento desses profissionais deveriam vir da educação. (A.S. Hortênsia, 2018).*

*Na verdade é uma demanda dos dois lados, ou esse recurso pode ser dividido entre ambas as políticas ou que poderia acontecer, é que assistência entendesse que é uma base, tu vai construir uma base com a criança e/ou adolescente, pra que tu não tenha problemas futuros, o mesmo papel que faz o CRAS que é o fortalecimento de vínculos com as famílias e daí ali seria com a inserção da questão escolar, então é uma serie de questões que precisam ser trabalhadas no sentido da prevenção, então se for pensar, realmente seria um papel da assistência, mas estaria contribuindo na educação, então daria para ser um recurso partilhado, e não necessariamente o recurso viria apenas de uma parte ou da outra, porque o benefício seria para ambas as políticas. (A.S. Rosa, 2018).*

*Eu acho que deveria vir da educação, porque se a gente entende que o educando, ele tem inúmeras demandas que perpassam a sala de aula, ele necessita de profissionais que venham atender a demanda dele, até porque o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente diz que ele é prioridade absoluta. Se ele é prioridade absoluta ele não pode ter o direito dele violado, se eles não têm as demandas deles atendidas dentro da escola, conseqüentemente ele acaba sendo excluído dessa escola, porque muitas vezes ele não é mandado embora, mas ele acaba não indo, ele desmotiva, ele falta, ele não evolui, ele reprova, ele chega na sexta série sem ler e escrever, ele está excluído dessa escola. Ele está ali presente, porém a margem dessa situação. Ele necessita de outros profissionais para atender essa demanda. (A.S. Margarida, 2018).*

Através desses depoimentos é possível observar que o profissional de serviço social contribuirá demasiadamente para a Política de Educação em vários aspectos, como por exemplo, identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que perpassam o cotidiano escolar, a intervenção profissional nesse campo será sempre na perspectiva da ampliação dos direitos e na garantia do mesmo, não delimitando atuação do serviço social somente à Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Para o CFESS (2001, p. 27), a percepção do Estado é errônea referente aos recursos e o artigo 212 não é um impeditivo para que os recursos devam vir prioritariamente da Seguridade Social. Dessa forma, todos os itens pontuados pelo Parecer Jurídico estão em consonância com a CF/1988, em seu artigo 205 que estabelece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim sendo, representantes do CFESS ressaltam que a presença dos assistentes sociais nas redes básicas de ensino não significa uma despesa para o Estado, mas sim, um investimento no desenvolvimento da Política de Educação Brasileira. É a partir desse Parecer Jurídico que foi aprovado o Projeto de Lei 3688/2000, conhecido como PL Educação – haja vista que foi considerado que há constitucionalidade e juridicidade em sua proposta. Desde então, esse tema ganhou espaço na agenda de lutas do conjunto CRESS/CFESS, que originou a criação de Comissões Temáticas de Educação, responsável em realizar os debates durante os encontros nacionais de serviço social (CFESS, 2011, p. 5).

Alguns eventos importantes são destacados nesse sentido pelo CFESS (2011), como os Encontros Nacionais que reuniram representantes da categoria profissional para debates sobre a temática de “Serviço Social e Educação”, ocorridos entre os anos de 2001 a 2012, os quais elencaremos a seguir.

Em 2001 foi realizado o 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, em que a partir da Comissão Temática de Educação criou-se um “Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação”, que elaborou um documento que abrangia eixos como: a importância da atuação do(a) assistente social no campo escolar, a escola enquanto um direito social e discussões sobre o acompanhamento da PL Educação. Em 2002 e 2003 foram realizados o 31º e 32º Encontro Nacional CFESS/CRESS que tinha o objetivo de elaborar um mapeamento de discussões sobre o serviço social na educação e a continuação do acompanhamento do Projeto de Lei. Entre os anos de 2004 e 2005, houve os 33º e 34º Encontro Nacional pelo qual foi requisitado a construção de parâmetros de atuação do serviço



social na educação e um parecer com assessoria do Professor Ney Luiz Teixeira de Almeida, intitulado como “Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação”, além da solicitação de constituição de Grupo de Trabalho composto por representantes do CRESS de cada região do país e mais quatro representantes do CFESS.

Em 2006, no 35º Encontro Nacional foi aprovada a formação do Grupo de Trabalho Serviço Social e Educação – GTSSE, que fora solicitado no encontro anterior, porém houve dificuldades na efetivação de propostas devido à incompatibilidade de agenda para as reuniões. Nos anos de 2008 a 2009 o GTSSE reuniu-se com regularidade e sistematizou e mapeou os municípios e estados que possuíam legislações a respeito da implementação do Serviço Social na Educação, além de acompanhar os Projetos de Leis que tramitavam no Congresso Nacional.

Já em 2010, o GTSSE identificou a necessidade de aprofundar as discussões para assegurar a efetividade de suas ações. Nesse sentido, foi elaborada uma metodologia para o levantamento de dados sobre a inserção do serviço social na Política de Educação em todos os Estados, que resultou na produção do documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação”. Por fim, em 2012, houve a organização e mobilização do GTSSE para a realização do Seminário Nacional de Serviço Social e Educação, que contou com pouco mais de mil participantes (CFESS, 2011).

Diante disso a iniciativa dos representantes da categoria, como a formação de comissões temáticas, grupos de estudos e de trabalho e posteriormente o seminário de serviço social e educação, foram imprescindíveis para a construção de uma proposta jurídica e legal de inserção e atuação do assistente social na política de educação, mas, é importante lembrar que o Projeto de Lei está em tramitação desde os anos 2000 e permaneceu em processo de discussão pela Câmara de Deputados até 2015 e, desde então, a PL Educação encontra-se arquivada.

Cabe ressaltar que o Projeto de Lei Federal, de acordo com Silva (2016), incentivou a formação de projetos de leis de caráter estadual nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Amazonas, Ceará e Minas Gerais. Ao analisar o projeto de lei estadual do Ceará, Silva (2016) encontra resquícios de assistencialismo, posto que vincula o atendimento do Serviço Social nas escolas públicas abertas apenas para as famílias de alunos que possuem até três salários mínimos, não contemplando toda a comunidade escolar e a quem dela necessitar. Já em Minas Gerais, em 2007, foi aprovada a PL 16.683/2007, mas com validade de um ano (SILVA, 2016). De certa maneira contribuiu para a percepção da importância do profissional de Serviço Social no cotidiano escolar, não atendendo somente questões pontuais ou de

assessoramento. Já no Amazonas, o PL 1.031/03 fora aprovado, mas suspenso devido a falta de previsão orçamentária. No que se refere aos projetos de leis municipais em tramitação no âmbito brasileiro, Souza (2008, p.180) identificou os municípios de Belém/PA, Natal/RN, São Paulo/SP e São Luis/MA.

O que se tem, portanto, são propostas municipais e estaduais, mas ainda, sem nenhuma efetivação. Observa-se ainda que a elaboração destes projetos é realizada quase sempre, sem articulação com os órgãos de representação da profissão, sem uma discussão ampliada com a categoria de assistentes sociais e da educação. (SOUZA, 2008, p. 181).

Nesse contexto, algumas dificuldades foram encontradas por Almeida (2011) para que tais propostas sejam concretizadas, como por exemplo: raiz conservadora na sociedade e na escola, impossibilitando, dessa forma, avanços para o melhor desenvolvimento dos alunos, tema pouco explorado pelo serviço social, prejudicando conseqüentemente uma articulação com os demais profissionais que compõe o corpo escolar; por esse motivo é fundamental promover a participação e mobilização de órgãos representativos do serviço social, de “conselhos de direitos e da educação, sindicatos, fóruns e movimentos sociais” (ALMEIDA, 2011, p. 60) para a garantia e a ampliação dos direitos sociais.

A seguir será apresentado o levantamento de dados realizado por Souza (2008, p. 174) em conjunto com os CRESS de algumas das regiões brasileiras para identificar os números de assistentes sociais atuando na Educação e seus respectivos campos. Vejamos:

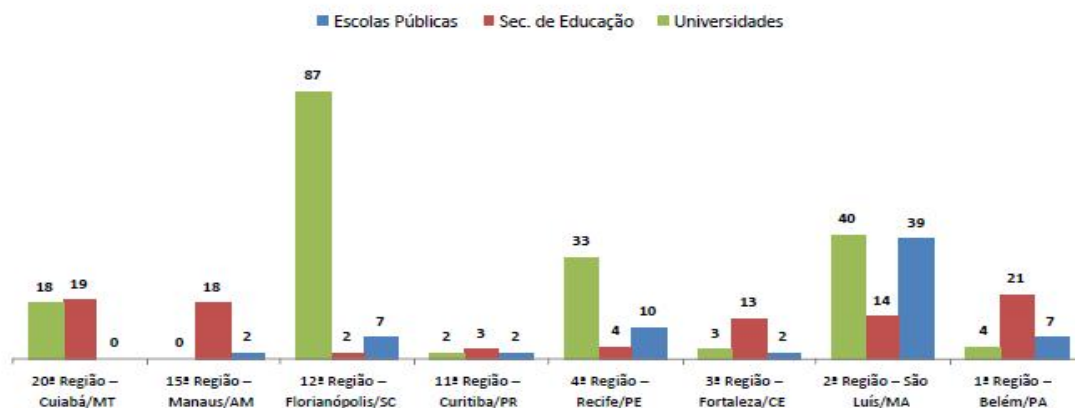


Figura 1 - Campos de atuação do Assistente Social na Educação 2003/2006 (Números por região)  
Fonte: Souza, 2008, p. 174.

Observando a Figura 1, acima, verifica-se que o maior número de assistentes sociais inseridas em universidades concentra-se na região da Grande Florianópolis/SC com 87 profissionais, em seguida, São Luiz/MA com 40 e Recife/PE com 33 profissionais. No que se refere à secretária de educação, o município de Belém/PA, possui 21, em seguida Cuiabá/MT com 19, e Manaus/AM com 18 assistentes sociais.

Já no âmbito escolar, o maior número de profissionais se encontra no município de São Luiz/MA contando com 39, em seguida Recife/PE com 10 assistentes sociais atuando em escolas públicas. Constatase que os municípios de Cuiabá/MT, Curitiba/PR e Fortaleza/CE, possuem entre 0 a 2 assistentes sociais atuando em escolas públicas, ou seja, o menor número de profissionais entre os municípios pesquisados por Souza (2008, p.174).

Nesse mesmo período, Martins (2007) elaborou uma pesquisa para identificar o número de assistentes sociais inseridos na Política de Educação do Estado de São Paulo, compreendendo o total de 55 assistentes sociais distribuídas entre 28 municípios do Estado de São Paulo que participaram da pesquisa, atuando em escolas públicas municipais e estaduais presentes nas diversas modalidades da educação básica, ou seja, o ensino infantil, fundamental e educação especial. Através dos dados apresentados pelas autoras Martins (2007) e Souza (2008), visto que a relação entre Serviço Social e Educação não é recente, verifica-se um número considerável em algumas regiões do país, mas ainda muito tímido no que se refere à inserção do serviço social nas redes básicas de ensino.

Ao questionar o CRESS/SC 12º Região sobre o número de profissionais que atuam na área de educação no Estado de Santa Catarina, esse não dispõe de nenhum levantamento recente sobre a temática, devendo, portanto, provocar a mobilização da categoria para conquistar e consolidar a prática profissional nesses espaços educacionais em conjunto com órgãos representativos do serviço social. Dessa forma, no entendimento de assistentes sociais entrevistadas:

*Precisa que haja uma sensibilização do Estado, que ele entenda a importância dos serviços prestados pelo assistente social dentro desses espaços, porque só quem está no dia a dia de trabalho e que conhece as demandas de cada família, do círculo familiar ou da comunidade entende a importância... muitas vezes que está lá em cima que não tem esse contato direto com a sociedade, com a comunidade em si... e já foi violado pelo Estado em diversos aspectos sob seus direitos, não tem essa sensibilidade, de que precisa sim ter um profissional de serviço social, um psicólogo nesses espaços... Seria por meio da sensibilização dessas pessoas que estão no poder para que eles entendam a importância deste profissional no espaço escolar... (A.S. Rosa, 2018).*

*Primeiro, precisamos da aprovação da PL educação, legalizando o trabalho do serviço social neste campo. Adquirir a consciência da categoria profissional de assistentes sociais em conjunto com os profissionais da educação, para que eles observem a importância do trabalho desenvolvido pelo serviço social... É necessário debater, questionar, discutir mais sobre este tema para fortalecer esta luta para desta forma se concretize na realidade. (A.S. Hortência, 2018).*

Assim, considera-se que a inserção do assistente social na educação é um desafio travado num campo de disputas societárias que expressam a dominação da lógica neoliberal, percebidas pelas dificuldades de operacionalização e pelas restrições que as políticas públicas atualmente vêm sofrendo, como a falta de recursos, de infraestrutura, terceirização de serviços, contratação de uma equipe mínima de trabalho, seja na política de saúde, educação, previdência, assistência social, entre outras. O Estado tem atuado fortemente na desregulamentação e flexibilização dos direitos já conquistados, levando ao trabalho precário, gerando um grande impacto nas condições de trabalhos destes profissionais (SANTOS; MANFROI, 2015).

Constata-se essa “inoperância”, por exemplo, através da aprovação do projeto de lei de nº60 de 2007 que,

Determina que o Poder Público deva assegurar atendimento psicológico e de assistência social aos alunos da rede pública de educação básica; o serviço será prestado por psicólogos vinculados ao SUS e por assistentes sociais vinculados aos serviços públicos de assistência social; os sistemas de ensino, saúde e de assistência social disporão de 1 (um) ano, a partir da publicação da lei, para cumprir suas disposições.

Esse projeto de lei estabelece que os alunos da rede pública de educação básica têm direito aos serviços prestados por psicólogos e assistentes sociais, porém esses profissionais não estão inseridos nas escolas, mas em outras áreas dos serviços públicos, como o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social. Este último, por sua vez, é constituído por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social, prestados diretamente ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos, por órgãos e instituições públicas e federais, estaduais e municipais da administração direta ou indireta e das fundações mantidas pelo poder público, e cabe ao SUAS as ações de proteção social básica, proteção social especial de média e alta complexidade.

O processo da escola em identificar as demandas e encaminhá-las para outros serviços públicos é um caminho burocrático e lento. Silva (2016) e Amaro (2012) afirmam que a equipe que compõe o corpo escolar não está preparada para lidar com as demandas que os

alunos e suas famílias apresentam, por essa razão é necessário ampliar a discussão da inserção de profissionais capacitados em compreender os fenômenos sociais que estão presentes na vida dos estudantes e suas famílias e que afetam diretamente o campo escolar.

*O papel do CRAS principalmente é o fortalecimento de vínculos, o CREAS é quando já teve a violação de direitos da criança e do adolescente para que sejam trabalhadas essas questões com a família, é a princípio o papel dele seriam esses. Mas como que um grupo de profissionais que geralmente são duas duplas de profissionais pra atender em média uma população de dois mil e quinhentas pessoas? Como que quatro pessoas vão dar conta de todas as demandas de diversas famílias... então, assim... é muito complicado a gente delimitar essa responsabilidade para o CRAS ou CREAS que são serviços específicos direcionados as famílias e comunidades, se a gente não tem uma equipe que possa fazer esse alicerce. É só a gente pensar como é que quatro profissionais vão dar conta de duas mil e quinhentas pessoas e todas as demandas dessas pessoas. Ok, nem todo mundo tem demandas emergentes que precisam ser tratadas nesse serviço, mas em contrapartida, se a gente for pensar que quanto mais próximo a criança ou adolescente estiver do profissional, maior o vínculo dela, então é mais fácil de identificar as demandas e trabalhar essas questões, pois a criança e adolescente vai acabar indo para o CRAS com a sua família, caso a demanda já tiver surgido, então tu consegue trabalhar a prevenção antes da coisa acontecer, então a prevenção é justamente essa, trabalhar questões, por exemplo de cidadania, de direitos... trabalhar o estatuto da criança e do adolescente, dentro dos espaços das escolas, pra eles entenderem que são sujeitos não só de direitos mas também de deveres... que eles compreendam a política e que eles saibam que eles são cidadãos de direitos. Para que isso aconteça é só com o profissional inserido no espaço, porque se não como quatro pessoas que tem que atender dois mil e outras pessoas, vão dar conta, além das demandas dela, com as demandas escolares? (A.S. Rosa, 2018).*

*Teria que ter um profissional que estivesse no dia-a-dia da escola para ter esse contato direto com as famílias e fazer os encaminhamentos para a rede. Muitas vezes não fazemos a reflexão da nossa própria intervenção enquanto assistentes sociais na proteção básica... pois são muitas demandas, que é difícil dar conta, é um trabalho de formiguinha, não vemos resultado imediato... Mas difícil ainda é dar conta das demandas da instituição e mais a da escola. Um Assistente Social na escola facilitaria muito esta articulação em rede. (A.S. Hortência, 2018).*

A partir dos relatos apresentados, observa-se que, diante dos poucos profissionais que compõem o SUAS, é extremamente difícil e desafiador contemplar também as demandas da escola, além de, muitas vezes, a escola não possibilitar aproximações. Nesse sentido não há como prestar serviços de qualidade para toda a área de abrangência quando faltam profissionais, infraestrutura, somadas as dificuldades na articulação com as demais políticas públicas, haja vista que os usuários, não raro, necessitam esperar meses e até mesmo anos para um atendimento. O projeto de lei de nº60 de 2007 que fora aprovado, propõe apenas

sobrecarga de trabalho, causando muitas vezes prejuízo à saúde de muitos profissionais que atuam no SUAS, assim como nas demais políticas sociais.

Por essa razão é indispensável realizar uma mobilização daqueles que compõe e também estejam preocupados com as políticas públicas: profissionais, representantes da sociedade civil para colocar em pauta, na arena pública, essas propostas que estão arquivadas, além dos direitos sociais que não são garantidos integralmente. Esta mobilização e organização é uma das vias possíveis para a participação ativa das questões que permeiam a sociedade e atingem a vida dos trabalhadores das políticas públicas e conseqüentemente os usuários delas, do outro lado temos o Estado com a repressão policial tendo este, como um sistema eficiente de manutenção da paz social necessária para a acumulação capitalista. É fundamental resgatarmos o processo de democratização e ampliação da participação que a sociedade civil conquistou e que sido alvo de muitas afrontas por parte do Estado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção desta pesquisa possibilitou uma considerável compreensão da atuação do Serviço Social inserido na Política de Educação. Observa-se o longo caminho que a profissão percorreu para que suas bases conservadoras e positivistas se rompessem, exigindo do Estado o reconhecimento da questão social através de intervenções para além de políticas ideológicas, laços de caridade e assistencialismo promovidos pela elite em conjunto com a Igreja Católica.

O Serviço Social na educação, em especial no campo escolar, por décadas foi visto como uma forma de reparar possíveis “desordens” do cotidiano, alertando aos pais sobre as responsabilidades da educação de seus filhos para que não ocasionassem mais desconfortos escolares. Nesse contexto era muito comum culpabilizar os indivíduos por suas dificuldades, relações familiares precárias e a pobreza, atuando de forma curativa em relação aos problemas sociais (SOUZA, 2008). Aos poucos a profissão reconfigura-se, questionando suas bases teóricas e práticas através do Movimento de Reconceituação que fora fundamental para romper com a herança conservadora da profissão, possibilitando um novo fazer profissional, respaldado pela Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 ampliou-se os direitos não somente da Assistência Social, mas como no campo da educação, conquistando posteriormente a LBD/96, enquanto política social. A educação pública contemporaneamente tem sido alvo de estratégias da lógica neoliberal, além de estar sucateada para a expansão da educação privatista. Observou-se que diante das dificuldades para a inserção do Serviço Social nas escolas públicas, as pesquisas timidamente mostram um pequeno número de profissionais atuando na área, além de apresentar o campo de possibilidades que o serviço social é capaz de proporcionar a comunidade escolar, colaborando intrinsecamente para o desenvolvimento da sociedade.

Ao analisar as falas das assistentes sociais é possível identificar que no cotidiano das diversas instituições de políticas públicas, a falta de profissionais de serviço social no campo escolar afeta os demais serviços, os fragmentando e revitimizando os usuários das políticas. Através dessa pesquisa foi possível analisar que as escolas têm muita dificuldade em compreender o trabalho desenvolvido pelo serviço social, muitas vezes requerendo deste profissional certa punição para a família, não compreendendo a estrutura capitalista engendrada no seio de nossa sociedade, o que acarreta inúmeras expressões da questão social, que são camufladas através da lógica do mérito.

O sistema dominante tem atuado fortemente para reformas do ensino para seu próprio benefício, fazendo com que o cotidiano escolar não seja questionado, mas que apenas aceitem o que for imposto, pensando apenas no desenvolvimento econômico do país, ou seja, na dominação e exploração das massas. Não temos uma educação que articule o saber com demais direitos, como o esporte, lazer e cultura. O que resta para a maioria da sociedade são apenas os saberes que são úteis para desenvolvimento econômico do país. Vejamos que questão do saber aceito e institucionalizado, designado por Bonamigo (2008), deve ser questionado e transformado, que será possível ocupar os instrumentos de difusão ideológicos como no caso da escola. Os direitos conquistados estão abrindo portas para flexibilizações, garantindo apenas o Estado mínimo.

A pesquisa concentrou-se em apresentar o serviço social na educação sob a ótica de assistentes sociais que atuam em diferentes aparelhos das políticas públicas, bem como as dificuldades de um trabalho articulado em rede, prejudicando, conseqüentemente, a integralidade no atendimento dos usuários. Considera-se a escola como um espaço aberto para a pluralidade e capaz de contribuir para o enfrentamento da questão social, fazendo com que os direitos sejam mais conhecidos e acessíveis, pois, para alguns pensadores de Gramsci, o conhecimento e a cultura devem ser utilizados como um meio de luta política.

No que tange aos projetos de leis que estão em tramitação, é fundamental que todos os órgãos representativos da profissão estejam articulados entre si, com estudantes e com a categoria profissional que atua no cotidiano das políticas públicas, buscando fomentar a discussão sobre a importância de consolidarmos esse espaço de atuação profissional - pouco discutido na literatura e no meio acadêmico. Verificamos, que, assim como as demais políticas sociais, a política de educação também é alvo das ameaças neoliberais e, portanto, para enfrentar as demandas cotidianas, se faz necessário fortalecer a luta pelo acesso e ampliação dos direitos sociais, ocupando espaços que outrora eram destinados a outras profissões, embora saibamos das adversidades e contradições, como mencionadas nesse estudo.



## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. M. T.; ALMEIDA, N. L. T. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. Saraiva: São Paulo, 2011.
- ALENCASTRO, Marilene. **Proposta Político Pedagógica NAS Morro da Caixa Programa “Campeões nas quadras e na vida”**. Documento institucional da Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS). Florianópolis, 2015.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Parecer sobre os projetos de Lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação. **Caderno Especial**, n. 26, ed.4-25 nov. 2005.
- \_\_\_\_\_. Serviço social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios. I Encontro Estadual de Serviço Social na área da Educação. **Anais...** Mimeo. Belo Horizonte, 2004.
- \_\_\_\_\_. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. **Anais...** Belo Horizonte, maio. 2007.
- AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: EdUFSC, 2011.
- BAPTISTA, M. V.; BATINI, O. **A prática do assistente social – teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras, 2009. v. 1.
- BISNETO, José Augusto. A Análise Institucional. In: **Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 64-116.
- BONAMIGO, Irme Salete. Violências e Contemporaneidade. **Revista Katálysis**, Florianópolis, 2008.
- BOARO, Isete Casarotto. **A intervenção do Assistente Social envolvendo situações de Alienação Parental**. 2013. 56 f. TCC (Graduação)– Curso de Serviço Social, Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, 2013.
- BRAGA, Maria Eliza dos Santos et al. A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS: elementos históricos e desafios para a categoria profissional. **Ser Social**, Brasília, v. 14, p. 244-258, jun. 2012.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação/1961**, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação/1971**. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências, Brasília, 1971.

BRITO, B. H. De A. E. **Revista Síntese** - Direito de Família, Porto Alegre, nº 64, fev-mar/2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Serviço Social na Educação. **Parecer Jurídico**. Brasília, set. 2001.

CFESS-CRESS. **Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília, 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. Coleta de dados quantitativos e coleta de dados qualitativos. In: \_\_\_\_\_. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 51-68; 89-108.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e serviço social: elementos para uma revisão crítica. São Paulo, **Serv. Soc. Soc.**, jan./mar. 2015.

DORNELLES, João Ricardo W. Globalização neoliberal, direitos humanos e a violência na realidade contemporânea. In: FORTE, Valéria; BRITTES, Cristina Maria. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. 2. ed. Rio de Janeiro: Limem Juris, 2012. p.135-150.

FERREIRA, W. B. **Vulnerabilidade à violência sexual no contexto da escola inclusiva: reflexão sobre a invisibilidade da pessoa como deficiência**. Espanha, REICE, 2008.

FERREIRA, Flávio Diego Malheiros. **Área da educação brasileira, campo histórico e político: construção de um poder hegemônico**. 2017. 70 f. TCC (Graduação)– Curso de Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 2017.

FEUBACH, S. Juliane; ZACCHI, M. Nayanna. **Fluxograma para a contratação de estagiário(a) em Serviço Social**. Florianópolis, 2015. Documento institucional da Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS).

FEUBACH, S. Juliane. **Crianças e adolescentes vítimas de violência: as marcas da infância e da juventude**. Florianópolis, 2015. TCC (Especialização em Políticas Sociais e Demandas Familiares)– Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), 2015.

GARCIA, Adir Valdemar et al. **Reflexões sobre a pobreza: concepções, enfrentamentos e contradições**. Florianópolis: Nup/ced/ufsc, 2017. p. 1-295. Disponível em: <<http://fliphtml5.com/wskm/whai/>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

GIRON, Maria Francisca Rodrigues. **As violências e seus contextos**. Florianópolis: NUVIC-CED – UFSC, 2010. Cap. 2.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e Trabalho Social: intervenções no âmbito do Serviço Social. **Katálysis**, Florianópolis, p.126-132, 2010.

GRASMCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

Grupo de Estudos sobre Serviço Social e Educação. **Serviço Social na Educação**. CFESS/CRESS, Brasília, set. 2001.

Grupo de Trabalho de Educação/CFESS. **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**. CFESS, Brasília, jun. 2011.

IAMAMOTTO, Marilda V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

LISBOA, Teresa Kleba; RIBEIRO, Edaléa Maria. Pressupostos para a intervenção profissional em Serviço Social. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 143-153, 2012.

LOCATELLI, Cleomar. A Política de descentralização na educação brasileira: resultados e consequências. V JORNADA INTERNACIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, 5, 2011, **Anais...** São Luiz, UFT, 2011. p. 1-9. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas>> Acesso em: 2 jun. 2018.

MADALENO, Ana Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental. **Forense**, 4. ed., jan./2017.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. 2007. 270 f. Tese (Doutorado)– Curso de Serviço Social, PUC/SP, São Paulo, 2007.

MARSIGLIA, R. M. G. Orientações básicas para pesquisa. In: MOTTA, A. E. et al. (Org.). **Serviço Social e Saúde – formação e trabalho profissional**. São Paulo: Ministério da Saúde, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2004.

NEVES, Marília Nogueira. Rede de Atendimento Social: uma ação possível? **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, p.147-165, 2009.

PPP. Proposta Político-Pedagógica NAS Morro da Caixa Programa “Campeões nas quadras e na vida”. Florianópolis, 2015. **Documento institucional** da Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS).

PONTES, Lorena Ferreira et al. Serviço Social, educação e família: possibilidades, desafios e mediações no cotidiano. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, p.155-170, 2001.

PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n.2, p.182-206, 2009.

RIBEIRO, M. L.; RODRIGUES M. V.; SAVIANI, Dermeval. Notas para uma releitura da Pedagogia Histórico-Crítica. **Revista Profissão Docente Online**. Uniube/MG, 2004.

RIZZINI, I. (Coord.). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; CIESP: Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Olhares sobre a criança no Brasil - séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Amais, 1997.

SANTOS, Josiane S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, M. T.; MANFROI, V.M. **Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional**. Revista Em Pauta, v. 13, p. 178-196-196, 2015.

SIERRA, V. M.; BAPTISTA, M. O. S. **Democracia constitucional, Serviço Social e justiça. O Social em Questão**, ano 18, n. 34, p. 339-350.

SILVA, Marcela Mary José da. **Serviço Social na educação – teoria e prática**. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2016.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social na educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional**. 2008. 238 f. Tese (Doutorado)– Curso de Serviço Social, UFRN, Natal, 2008.

SCHLESENER, A.H.; MASSON, G.; SUBTIL, MJD. (Org.). **Marxismo(s) & educação** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, 268 p. ISBN 978-85-7798-211-0. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

VIANA, Beatriz Borges et al. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade. SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, Florianópolis, 2015. Serviço Social e Trabalho Social. **Anais...** Florianópolis: Ufam, 2015. p. 1-8.

YASBECK, M.C. Estado e políticas sociais. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 18, n.1, 2008.